



RECORTES DE IMPRENSA

FEVEREIRO 2014



COM O APOIO:





AÇÃO DE FORMAÇÃO

Prevenir Violência Sexual

† No Auditório dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico da Guarda vai realizar-se, no próximo dia 29 de janeiro (a partir das 14h30), uma ação de formação subordinada ao tema “Prevenção da Violência Sexual”.

Trata-se de uma iniciativa da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, com a colaboração da Escola Superior de Saúde/Instituto Politécnico da

Guarda, destinada a estudantes do ensino superior.

Tem por objetivos dar a conhecer a temática da violência sexual, explicar como proceder quando ocorrem casos de violência sexual e identificar estratégias de caráter preventivo.

As inscrições nesta ação são gratuitas (mas obrigatórias) podendo ser feitas através da conta de correio eletrónico ipg.informacao@ipg.pt. ■

Heloísa Sobral vence concurso de cartazes da APAV Coimbra

●●● “Mil palavras”, da autoria de Heloísa Sobral, foi o vencedor do concurso de cartazes promovido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Coimbra. A estudante de Engenharia Biomédica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra concorreu com um cartaz onde “é dado particular ênfase à expressão “não” e onde são apresentadas as 1.000 razões ou motivos que muitas vezes não são percebidos ou não querem ser percebidos pelo parceiro”.

O concurso integrou o projeto “Unisexo 2” que pretendeu divulgar e fazer refletir a comunidade estudantil da cidade sobre



A vencedora recebe prêmio de Natália Cardoso

a temática da violência sexual no ensino superior. Natália Cardoso, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra e responsável pelo projeto, referiu que a resposta foi positiva, tendo sido entregues 11 propostas da autoria de seis

candidatos. O cartaz vencedor primou pela clareza da mensagem, criatividade artística ou respeito pela igualdade de género.

O prémio de 300 euros foi ontem entregue e Heloísa Sobral não esqueceu o apoio e incentivo que a

empresa Resistance, onde trabalha, deu para o projeto. Em consequência disso, metade deste valor terá como destinatário esta empresa e o restante “vai servir para pagar o curso livre de alemão que frequento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”.

Workshops

No âmbito desta temática, a APAV Coimbra tem já agendados para março dois workshops sobre estratégias de segurança e comunicação e assertividade (dirigidos à comunidade estudantil) e, mais tarde, um ciclo de três conferências abertas ao público em geral.

| **Bárbara Jorge** (em estágio)

DB-Luís Carregã

Atual 2 Violência doméstica

PGR quer ver mais abusadores e agressores sem cadastro

Investigação. Magistrados são obrigados a aplicar mais vezes a chamada "suspensão provisória do processo" mesmo em casos de maus tratos e abusos sexuais de menores, desde que haja acordo da vítima

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

A procuradora-geral da República quer que cada vez mais casos sejam alvo de "suspensão provisória do processo". A medida, que permitiria aliviar os tribunais de algum trabalho, tem como consequência que culpados fiquem sem cadastro, mesmo em casos de violência doméstica e abusos sexuais. Esta forma simplificada de processo aplica-se a arguidos cuja culpa está provada, que passam a estar obrigados apenas a cumprir a chamada injunção (uma multa na maioria dos casos), ainda que depois, em tribunal cível, possam ter de indemnizar as vítimas.

Na prática, o que acontece é que culpados que a Justiça quis garantir que se sentam no banco dos réus podem, graças a este expediente, ficar sem nada registado em cadastro.

A violência doméstica foi tornada crime público em 2000. Significa que o Ministério Público passou a ter iniciativa da investigação, sem precisar de uma queixa. A intenção do legislador era não deixar "cair" os casos em que muitas vezes as vítimas, dominadas psicológica, física ou economicamente pelos agressores, desistissem da queixa e o crime ficasse sem castigo.

Joana Marques Vidal, vem agora, através da Diretiva n.º 1/2014,

recomendar que se recorra mais vezes a este mecanismo legal em casos de violência doméstica e de abuso sexual de menores "não agravados pelo resultado".

"O que entendemos é que este mecanismo é uma forma mitigada de encontro restaurativo entre as partes", explica Elisabete Brasil, diretora executiva da União das Mulheres, Alternativa e Resposta (UMAR). "Achamos que nestes casos de violência doméstica isso não faz sentido".

Este mecanismo legal existe na lei desde 1987 mas é aplicado em poucos casos: apenas 17% do total de inquéritos, segundo dados da própria PGR, relativos a 2012. E ao longo destes 34 anos de existência, esta suspensão não foi praticamente aplicada a casos de maus tratos em contexto doméstico ou abusos sexuais de menores. Embora a lei diga que se pode aplicar a crimes com penas de prisão iguais ou inferiores a cinco anos, como é o caso, desde que haja consentimento da vítima e do arguido.

A única "pena" a que um arguido fica assim sujeito é a injunção que pode ser sob a forma de "multa" — um valor pago pelo arguido a favor do Estado ou de uma instituição de solidariedade social — ou de



A 25 de novembro as mulheres vítimas de violência doméstica foram homenageadas em Lisboa

trabalho a favor da comunidade. "Será sempre o caso concreto, na riqueza das suas circunstâncias, nas exigências de prevenção que suscitar, como resultado de um esforço de diálogo e consenso

com os sujeitos processuais sobre as injunções a ditar a suspensão provisória do processo", lê-se na diretiva da PGR.

Com esta orientação, a PGR lembra aos magistrados do MP que esta forma simplificada de processo é para usar, definindo regras para se guiarem. "Julgo que se trata de uma medida muito positiva e útil, por um lado porque incentiva o uso da suspensão provisória do processo, que é uma forma equilibrada e eficiente de resolver certo tipo de casos", ex-

plica Rui Patrício, advogado (*ver entrevista ao lado*).

João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que Joana Marques Vidal presidiu, defende que esta solução é adequada a certo tipo de violência doméstica, "quando se trate de casos pontuais, de uma única agressão e não casos de violência reiterada", apoiando a iniciativa da titular da investigação criminal. "O que ofende as vítimas é o retrocesso face ao passo de se ter tornado este crime um crime público", explica Elisabete Brasil. "Porque se formos à génese e justificação da suspensão fica aquém do que deve ser uma estratégia de reforço de proteção de vítimas", explica. "Este sistema, na prática, só abona aos agressores".

Segundo dados da Procuradoria-Geral da República, em 2011 houve 11 770 casos em que os pro-

curadores do MP optaram por suspensões provisórias de processo. Mas em 2013, esse número duplicou para 23 417 aplicações.

Em 2010, uma circular do ex-procurador-geral da República, Pinto Monteiro, alertava os magistrados para a necessidade de uma maior aplicação da medida. Em 2011, a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa deu início a um plano de ação para agilizar o uso desta medida de justiça. Do total de processos que dão entrada no MP foi colocada a fasquia nos 60% para que seja aplicada a figura da suspensão provisória do processo. E os procuradores do distrito judicial de Lisboa cumpriram.

Só de junho a outubro de 2012, o Estado lucrou 54 milhões de euros com multas resultantes da resolução de casos que nem chegaram a tribunal.

CASOS DE REINCIDENTES

Dois crimes em 30 anos

Agarrou-a, deu-lhe socos na cara e a mulher acabou por morrer. O arguido, de 80 anos, está atualmente a ser julgado no Tribunal de Alenquer e assume que agrediu a mulher por desconfiar que ela, com 77 anos, mantinha uma relação com outro homem. Trinta anos antes já tinha sido condenado, a pena suspensa, por agressões violentas a uma vizinha com quem mantinha uma relação.

Agrediu em frente à PSP

Há dois anos, um homem já tinha sido condenado pelo tribunal por maus tratos à ex-mulher, tendo ficado proibido de se aproximar da ex-companheira e da sua residência. O ano passado, na zona de Loures, o mesmo suspeito voltou a ter uma discussão com a mesma ex-companheira, que acabou com o filho menor a chamar a PSP ao local onde, na sua presença, o homem tentou agredir a mulher com uma faca com 10 centímetros.

Maus tratos repetidos

Um homem de 65 anos foi acusado de agredir de forma espaçada no tempo a sua mulher, detentora de uma deficiência física num braço. O caso não chegou a acusação, uma vez que a vítima acabou por desistir da queixa, numa altura em que o crime ainda não era público. Quinze anos antes já teria sido acusado pelo mesmo crime de maus tratos contra a mãe de 75 anos, em Castelo Branco, mas o inquérito acabou arquivado.



JOÃO GIRAÔ/GLOBAL IMAGES

NÚMEROS

ANO PASSADO

► Nos doze meses de 2013 o Ministério Público registou 23 417 casos de suspensão provisória do processo. Já em 2012 foram 16 806 inquéritos e em 2011 só 11 770 casos em que se usou esta forma simplificada de processo.

INQUÉRITOS FINDOS

► O Ministério Público registou 561 267 inquéritos concluídos em 2012. No DCIAP foram registados 1353 inquéritos, 707 findos e a 40 desses foi-lhes aplicada a suspensão do processo.

LISBOA

► No 1.º semestre de 2013 foram registados 5945 destes casos, só no distrito judicial de Lisboa, que abarca 40% do total.

SUMÁRIOS

► Foram aplicados mais de 27 mil processos (27 154) sumários a acusações proferidas pelo Ministério Público.

FORMAS SIMPLIFICADAS

► De todos os mecanismos simplificados de processo, a suspensão provisória do processo é o segundo a ser mais usado, a seguir ao julgamento sumário. No total, 62% das acusações são através de forma simplificada.

Desaparecidos e óbitos passam a “expedientes”

INVESTIGAÇÃO Casos mais recorrentes e menos suspeitos que aparecem no Ministério Público passam a constar num registo à parte

Casos como comunicação de mortes não suspeitas, denúncias anónimas de crimes, pessoas desaparecidas ou arrombamento de portas vão deixar de estar registados no Ministério Público como inquéritos e passam a meros “expedientes”.

A ordem de serviço foi dada pela procuradora-geral da República Joana Marques Vidal – a 6 de dezembro do ano passado – para aplicar já este ano. Assim, os casos mais recorrentes que chegam ao Ministério Público, sem que haja suspeição de crime, passam a constar da chamada “Tabela de Registos de Expedientes da Área Criminal”.

Segundo o DN apurou, a ideia da titular da investigação criminal passa por “desentupir” as estatísticas de inquéritos-crime que chegam para suposta investigação, mas que na verdade são apenas uma obrigação formal. Exemplificando: os registos de óbitos não suspeitos de crimes

mas que como são mortes súbitas, manda a lei que sejam notificadas aos magistrados, para realização obrigatória de uma autópsia.

Assim, a lista feita por Joana Marques Vidal, assinada pela própria, enumera todas as situações consideradas como meros “expedientes”: óbitos com registo de autópsia, óbitos com dispensa de autópsia, denúncias anónimas, participação de crimes semipúblicos ou particulares sem queixa, achados de objetos, arrombamentos de portas, pessoas desaparecidas, identificação de suspeitos, revistas a pessoas, apreensão de correio e localização celular. No caso das pessoas desaparecidas, a PGR reporta-se aos casos de jovens – maioria entre os 12 e 17 anos – que fogem de casa à revelia dos pais, para se encontrarem com namorados ou namoradas ou irem a concertos com amigos.

A verdade é que esses são mais de metade dos inquéritos registados oficialmente de menores desaparecidos mas que ao fim de 48 horas aparecem em casa. O objetivo desta decisão é que o Ministério Público não perca demasiados recursos com estas situações.

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

P&R

► O que é a suspensão provisória do processo?

É a possibilidade prevista no Código de Processo Penal de encerrar um processo-crime nos casos de crimes punidos com pena de prisão inferior ou igual a cinco anos pela submissão a regras de comportamento ou injunções (pagamento de multas) durante um determinado período de tempo.

Quem propõe este mecanismo processual?

O Ministério Público, com a homologação do juiz de instrução criminal. Mas só se a vítima e arguido consentirem.

Esta medida pode ser aplicada a criminalidade mais complexa investigada no Departamento Central de Investigação e Ação penal?

Sim, desde que preencha os requisitos previstos no artigo 281.º do Código de Processo Penal relativos a crimes com penas com menos de cinco anos. Segundo dados da Procuradoria-geral da República, foram movimentados 1353 inquéritos no DCIAP em que em 40 inquéritos foi determinada a suspensão provisória do processo.

E pode ser aplicado a crimes mais graves como violência doméstica? Em que circunstâncias?

Em processos por crime de violência doméstica não agravado pelo resultado, o Ministério Público, mediante pedido da vítima, determina a suspensão provisória do processo, com a concordância do juiz de instrução e do arguido.

O arguido fica com cadastro criminal?

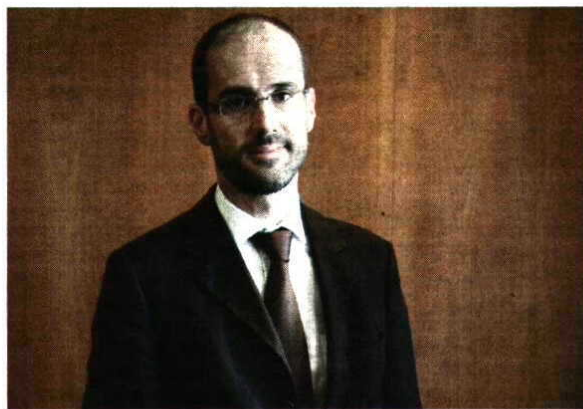
Não. Apenas fica registado no Sistema de Informação do Ministério Público, acessível aos procuradores.

Em que casos é que esta forma simplificada de processo é mais aplicada?

Em 77% dos casos é aplicada nos crimes de condução em estado de embriaguez e ainda condução sem carta. Depois há casos residuais pelos crimes de difamação, desobediência, arma proibida, furto, injúria, ofensas à integridade física qualificada e graves. Nos casos de violência doméstica e abuso sexual de menores, os casos são praticamente inexistentes.

ENTREVISTA: RUI PATRÍCIO

Advogado e ex-membro do Conselho Superior da Magistratura



Alerta O advogado de Entre-os Rios, Operação Furacão, Pinto Balsemão e BES defende ao DN que já é tempo de o Ministério Público abandonar a “tradição punitiva” e considera a suspensão também eficaz para os crimes económicos

“É preciso abertura de espírito no penal”

Qual a sua perceção acerca desta orientação dada pela procuradora-geral da República?

Julgo que se trata de uma medida muito positiva e útil, por um lado porque incentiva uma forma equilibrada e eficiente de resolver certo tipo de casos, e por outro lado porque procura uniformizar as práticas do MP, e só há a ganhar com isso, por razões de coerência e de igualdade.

Quais as consequências em termos de cadastro criminal para um arguido?

Não tem consequências. Está apenas prevista a criação de uma base de dados para registo de suspensões provisórias do processo.

Por que razão é que este mecanismo é pouco usado pelos magistrados?

Porque o mecanismo é relativamente recente (em termos de medida de tempo da sua interiorização pelo sistema de justiça, note-se, pois na verdade já tem décadas) e porque ainda existe um peso muito grande da nossa tradição legalista e punitiva, que é contrária a estas formas alternativas e mais ágeis de composição dos litígios criminais. De qualquer forma, deve realçar-se que o uso deste mecanismo tem vindo a aumentar, e é inevitável que aumente ainda mais, e também que se evolua, quer se goste quer não, para outras manifestações processuais de oportunidade, seja pelo lado da escolha do que se investiga, seja pelo lado do aumento dos casos de solução negociada dos processos. Existe ainda um enorme preconceito contra a oportunidade no processo penal, mas creio que os factos acabarão

por impô-la, e com ela virá também o necessário reforço da responsabilidade e da prestação de contas (contra as quais o preconceito também é forte).

E em que tipo de crimes é que esta forma simplificada é normalmente aplicada?

Tradicionalmente, mais nas chamadas bagatelas da área dos crimes contra as pessoas e contra o património. Nos últimos anos, estendeu-se à média criminalidade, incluindo a área da chamada criminalidade económica e financeira, área para a qual, aliás, em minha opinião, este mecanismo é muito adequado.

Para crimes como a violência doméstica não é complicado “convencer” um procurador a abdicar do processo comum?

Não vejo porque deva ser. Cada caso é um caso, e a adequação ou não do uso da suspensão deve ser vista de acordo com as características do caso, e não com o tipo de crime. Os preconceitos e as ideias feitas são sempre maus, mas são especialmente maus em processo penal, que é uma área onde é muito necessária abertura de espírito.

Isto não pode passar a uma imagem que se está a defender mais os direitos do arguido, em detrimento dos da vítima?

Não, porque a suspensão depende da aceitação do assistente. Porque se a suspensão for feita de modo adequado, as injunções a aplicar deverão ir ao encontro também dos interesses do assistente e porque nem sempre o andamento do processo constitui o melhor modo de salvaguardar os interesses da vítima.

ID: 52159593

04-02-2014

Exposição de Valter Vinagre retrata universo das vítimas de violência

DR



“Olha” é o tema da exposição da autoria do fotógrafo Valter Vinagre que se encontra patente até à próxima quinta-feira, dia 6, nas instalações do Instituto Português do Desporto e Juventude de Braga, na rua de Santa Margarida.

Trata-se de uma mostra promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima que reúne trabalhos que retratam o universo das vítimas de crime em Portugal. A exposição pode ser visitada durante o horário de funcionamento do IPDJ entre as 9h00 e as 18h00.



Vítimas de crime em Portugal

Exposição 'Olha' de Valter Vinagre para ver até quinta-feira

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em colaboração com a Direcção Regional do Norte do Instituto Português do Desporto e Juventude, promove a exposição de fotografia 'Olha' no IPDJ Braga.

Esta exposição reúne um conjunto de trabalhos do fotógrafo Valter Vinagre, sendo o resultado de uma colaboração com a APAV, com o objectivo de retratar o universo das vítimas de crime em Portugal.

'Como fotografar o silêncio? Como fotografar o invisível ou o velado?' Desde que há fotografia — melhor seria dizer, desde que há imagem — que o problema se põe. Seja porque o que está em causa são conceitos e não realidades tangíveis, seja porque essas realidades se furtam absolutamente ao olhar da câmara. A violência doméstica, entendida como fenómeno alargado, é um destes casos. É omnipresente em todas as sociedades, mas invisível. É ilegal (é mesmo um crime público) na nossa, mas resistente à sanção social e à lei. O que é novo na modernidade não é a violência, mas, por um lado a natureza dessa violência e, por outro, o modo como a vemos e a enquadramos entre o espaço público e privado.

A exposição estará patente no IPDJ Braga até quinta-feira, dia 6 de Fevereiro e pode ser visitada das 9 h às 18 horas.



HENRIQUES DA CUNHA/GLOBAL IMAGES

Condenação de jovem condutor contestada no tribunal

Famílias indignadas com pena do caso das mortes na rulote

POMBAL

AS MANIFESTAÇÕES de desagrado das vítimas e seus familiares ecoaram, ontem, na sala de audiências do Tribunal de Pombal, quando foi conhecida a decisão do processo em que era arguido o condutor que, em abril de 2011, provocou a morte a duas pessoas e ferimentos em mais 11.

Henrique Longo, de 25 anos, foi condenado à pena única de três anos e 11 meses de prisão, suspensa por igual período. A sentença provocou uma chuva de críticas e algumas lágrimas de revolta.

“Se fosse um filho seu, a decisão era a mesma?”, questionaram algumas das vítimas, dirigindo-se à juíza Rafaela Correia, que condicionou a suspensão da pena à obrigatoriedade do arguido se submeter a um plano de reinserção social e entregar 3600 euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O tribunal deu como provado que, na madrugada de 10

de abril de 2011, Henrique Longo “tinha ingerido bebidas alcoólicas”, conduzia “desatento” e em velocidade “excessiva”, quando perdeu o controlo do veículo, entrou em derrapagem e atingiu 13 pessoas numa rulote de comida rápida, no Alto da Granja, Pombal. Duas das vítimas acabaram por falecer.

Com base nestas provas, o arguido, aprendiz de torneiro que vive com os pais, foi condenado por dois crimes de homicídio por negligência e quatro crimes de ofensa à integridade física por negligência, tendo sido absolvido da prática de três infrações ao Código da Estrada.

“A dor destas pessoas que estamos aqui a ouvir não vai ser atenuada. Espero que tenha aprendido a lição”, concluiu a juíza, depois de classificar o pedido de desculpas formulado pelo arguido em julgamento como uma “mera formalidade” e não uma demonstração de “arrependimento sério e sentido”.

FRANCISCO PEDRO



Pena suspensa para condutor que abalroou roulotte

Julgamento Caso remonta a 2011 quando condutor despistou-se e atropelou mortalmente duas pessoas

o.c.



Decisão do Tribunal de Pombal causou a indignação junto dos familiares das vítimas

Orlando Cardoso

O Tribunal de Pombal condenou ontem à tarde à pena única de três anos e 11 meses de prisão, suspensa na sua execução, o condutor que, há cerca de três anos, abalroou um grupo de jovens que se encontrava junto a uma roulotte de comida rápida, provocando a morte de dois deles e ferindo cerca de uma dezena.

Henrique Longo, actualmente com 25 anos, foi condenado, ainda, a cumprir um plano de reinserção social e a contribuir com 3.600 euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Uma decisão judicial que provocou alguma revolta por parte das vítimas e de familiares que encheram por completo a sala de audiências. Os populares lamentaram “nunca terem recebido um pedido de desculpas” por parte do arguido ou dos seus pais e exigiram uma pena mais pesada.

“Devia ter sido punido”, afirmou José Manuel Henriques, pai de Joana Henriques, que teve morte imediata na sequência do acidente. No seu entender, a decisão judicial “é apenas uma repreensão” para o jovem que foi condenado pela prática de dois crimes de ho-

micídio por negligência e quatro crimes de ofensa à integridade física por negligência, tendo sido absolvido da prática de três contra-ordenações ao Código da Estrada.

O caso remonta à madrugada do dia 10 de Abril de 2011 quando Henrique Longo, então com 22 anos de idade, circulava no Alto da Granja, próximo da cidade de Pombal. A dado momento perdeu o controlo do veículo que entrou em despiste contra uma roulotte de comida

Tribunal de Pombal condenou Henrique Longo a três anos e 11 meses de prisão, com pena suspensa

rápida, abalroando mais de uma dezena de pessoas, provocando a morte de Joana Henriques e provocado ferimentos graves a Paulo Sá que viria a falecer dois dias depois no hospital.

Segundo a Juíza Rafaela Correia, o condutor “seguia desatento ao tipo de condução” e, apesar de não apurada, em “velocidade excessiva”, com a agravante de ter apresentado uma taxa (0.77) de álcool no sangue, um facto que “diminui a destreza na condução, retardando os seus reflexos”, afir-

mou a magistrada.

O Tribunal realçou o facto de o veículo só se ter imobilizado a “30 metros do ponto de colisão” para sublinhar que o arguido “exerceu uma condução de uma forma flagrante” e com “imprudência desmesurada”.

Por outro lado, considerou que Henrique Longo “não demonstrou arrependimento sério e sentido”, referindo que “parece que estava a cumprir uma mera formalidade” quando, no final do julgamento, pediu desculpa às vítimas e familiares. “Não foi sentido nem sério”, afirmou a magistrada.

Após a leitura da sentença, quando se ouviam pessoas a chorar na sala de audiências, a juíza dirigiu-se ao arguido para lhe dizer que “a dor destas pessoas nunca será atenuada”.

“Espero que tenha aprendido a sua lição e desejo tudo de bom para si”, concluiu a magistrada, que se manteve na sala enquanto as vítimas e familiares manifestaram a sua revolta sobre a decisão judicial.

O tribunal considerou que não é aplicada ao arguido a pena acessória de proibição de conduzir, face à legislação em vigor à data dos factos, considerando que “a ameaça de prisão” e a sua “socialização” o afastará de uma reincidência.◀



ID: 52256227

09-02-2014

Grande Reportagem Homicídio conjugal

Uma dor imensa Envolve os filhos das mulheres mortas pelos seus pais, uma dupla orfandade. É tanto maior quanto mais velhos são e mais recordações têm. O DN repete hoje uma reportagem feita há cinco anos sobre estas famílias. As vítimas continuam a ser obrigadas a esconder-se dos agressores para não serem mortas. Há mais estruturas de apoios, compensações, mas precisam de ser mais eficientes

Órfãos da violência doméstica



CÉU NEVES
Jornalista



PAULO SPRANGER
Fotojornalista

"Sujeito" é como Cátia se dirige a Francisco Pepe, o homem que lhe matou a mãe depois de 30 anos de maus tratos. "Ainda não foi o julgamento do sujeito." O "sujeito está na prisão de Beja". Custa-lhe ouvir dizer que é seu pai. Deixou de usar o apelido dele, Pepe. E alguma vez se supera uma tragédia destas? "Nem sei bem, nem sei bem. Não faço ideia." Perdoar? "Nunca!" E voltar a amar o pai? "Já está tudo recalcado. Tantos anos a ver a minha mãe sofrer, sofremos todas." Foi há menos de três meses que lhe chegou a notícia que tanto temera: o pai matara a mãe. Morta a tiro quando levava a filha mais nova a um festival de patinagem. A menina, de 8 anos, conta que não viu nada. "Tive medo e virei as costas."

Saudades do carinho

Cátia, de 29 anos, Elsa, de 17, e Lia, de 8, Castro Verde. Filhas de Maria Celina Franco, de 47 anos, morta a 30 de novembro de 2013, e de Francisco Pepe, de 49, detido a aguardar julgamento. As menores vivem com a irmã mais velha.

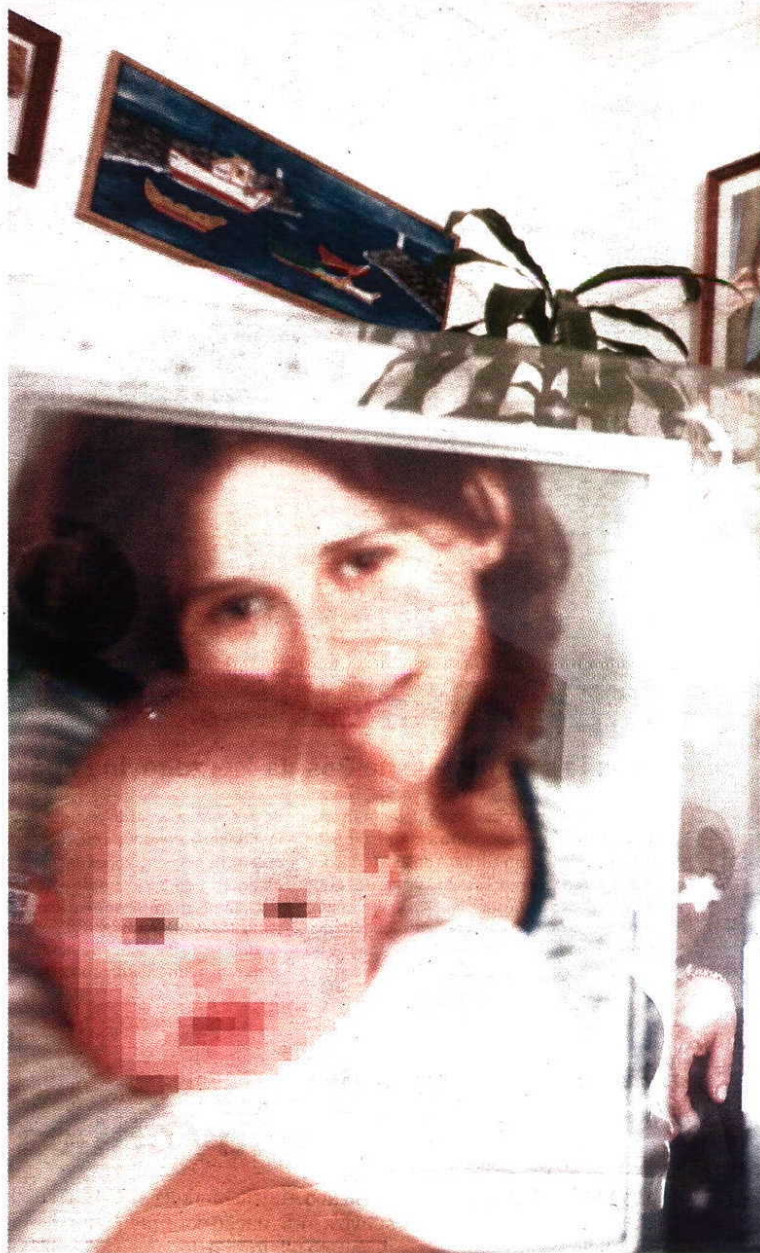
Cátia, a filha mais velha de Celina, quer acreditar que a benjamim da família não viu o pai atirar sobre a mãe, pois conta sempre a mesma versão. Lia é a que fala mais na mãe, das saudades que têm dos seus carinhos. Poucas são as palavras sobre o pai e sempre de medo. A rapariga do meio, Elsa, que entretanto fez 17 anos, não toca no assunto. E cortaram os laços com a família paterna. "Não ajudaram a minha mãe quando o deviam ter feito." Não foram ao funeral da mulher. Maria Celina tinha deixado Francisco Pepe há oito meses.

Era a terceira vez, mas ficou a morar na mesma zona, em Castro Verde, onde sempre viveram. Na primeira saída foi para uma casa de abrigo, teve de se esconder, sentiu nisso uma injustiça. "Esses sítios escondem as pessoas, tiram-nas da sociedade, por isso, a minha mãe resolveu voltar para Castro, para tentar que as minhas irmãs tivessem uma vida normal. A minha mãe muitas vezes dizia: 'Eu não fiz nada de mal e tenho de deixar as minhas coisas. É para mim que as pessoas olham na rua'", recorda Cátia.

Em Castro Verde ainda é malvista a mulher que deixa o marido. Ela era cozinheira numa associação local. Ele motorista na câmara municipal. Tido como bom trabalhador, bom amigo, sobretudo com quem partilhava copos. Só que a bebida não é desculpa, muitas vezes estava sóbrio quando batia na mulher, maus tratos durante praticamente os 30 anos que durou a vida de casados. Os vizinhos não acreditavam em tanta maldade. Na aldeia de Celina, Aivados, nas casas brancas debruadas a amarelo e azul, não se recuperou do choque.

Da primeira vez que o deixou, ele fez-lhe promessas de uma nova vida e ela acreditou. Voltou para casa, para ser maltratada. Voltou a fugir e a fiar-se no que ele lhe prometia. Mas regressou transformada e abalada psicologicamente. "Tinha muito medo, ataques de pânico, dormia no quarto da Lia, acompanhada por mim, pois não conseguia estar sozinha." Nada que Cátia não tivesse já sentido. "Não sabíamos como lidar com ele, estava tudo bem e, de repente, já não estava, vivíamos num terror permanente." O pai também lhe bateu sempre até aos 18 anos, até ir estudar Direito para Lisboa. Mas a última vez foi aos 21, no nascimento da irmã mais nova. A rapariga estudava leis, ameaçou-o com a cadeia. A segunda vez que o avisou foi quando soube que maltratara a Elsa, já era jurista. Não se repetiu a violência física, prevalecendo a psicológica.

Maria Celina fugiu para casa de familiares da terceira vez. Trabalhava e semanas depois arrendou uma casa, teve de começar do zero, até com a roupa, pois ele não permitia que a



fosse buscar à antiga morada. A mulher tentou que a autarquia lhe cedesse uma carrinha para ir recolher os haveres acompanhada de um GNR, o que lhe foi negado. Os amigos e colegas de trabalho deram o que puderam. "Ao fim de oito meses a minha mãe já tinha organizado a sua vida e a nova casa. Sempre com medo, com ameaças constantes e totalmente desprotegida de segurança... mas feliz!"

O juiz proibira Francisco Pepe de se aproximar da mulher, o que ia ser revisto na segunda-feira seguinte à morte de Celina, num sábado. Cátia imagina que o agressor terá pensado que lhe iam aplicar uma medida mais gravosa devido às ameaças que ele lhe fizera e a uma tentativa de homicídio, ato impedido por um vizinho que se colocou no meio.

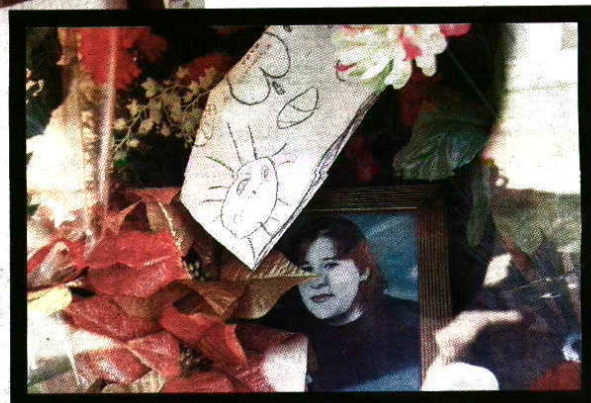
A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Verde apoiou as filhas de Maria Celina no início e disponibilizou uma psicóloga para a mais nova. A do meio era acompanhada na escola. Mas as meninas foram viver com a irmã mais velha na Amadora e não regressaram à escola no primeiro período. Voltaram às aulas em janeiro e ainda não têm

176 mulheres mortas

nos últimos cinco anos pelos companheiros ou ex-companheiros, algumas com queixa na polícia. Já neste ano foram mais quatro

uma psicóloga nos novos estabelecimentos. Isso não impede, segundo Cátia, as coisas de correrem bem. "Só tenho de agradecer às pessoas que trataram da transferência e de integração nas escolas pela ajuda e apoio."

Cátia Isabel Cabo (apelido do marido) tinha acabado de casar, a 20 de outubro, quando a mãe foi morta. Fez, então, uma cerimónia simples e para a qual o pai não foi convidado. A sua família a dois passou a quatro de um dia para o outro. Não têm apoio social ou económico, nem sequer o abono. Cátia teve de pedir este subsídio em seu nome, um processo que é moroso e que esbarra em tudo. Por exemplo,



Os pais de Amália Guerreiro, morta vai fazer quatro anos em junho, que tomam conta do neto. O menino acabara de fazer 6 anos e fez um desenho para pôr na campa da mãe. Não fala muito da morte

139 condenados

a prisão efetiva na 1.ª instância em cinco anos, entre 2008 e 2012, o que representa 77% das condenações, 180 no total

Odília não recebe subsídio de desemprego e o marido, Oliveiros Guerreiro, de 62 anos, está reformado por invalidez. Os recursos económicos são poucos, mas os 20 mil euros que obtiveram do Estado (menos dois mil do que pagaram ao advogado) estão numa conta bancária para o "menino". "Vivo todos os dias para ele!", justifica. O marido ouve e concorda. O tribunal atribuiu-lhes a tutela da criança.

Inicialmente, Nuno foi acompanhado por uma psicóloga. "Foi uma ou duas vezes ao hospital, depois, ela disse ao meu filho para ir telefonando e ele nunca mais lá foi com o menino", critica Odília. E acrescenta: "Apesar de todos os problemas, tem sido um menino exemplar. Está no 4.º ano e no 1.º período teve um 4 a Matemática e outro a Português". Fala pouco da mãe e nunca do pai. Ergueu um muro de silêncio. E quando o pai sair da prisão? "Tenho medo de que venha fazer asneira", responde Oliveiros.

Odília desvenda. "Levei um dia o menino aos avós [paternos], olharam para ele e disseram: 'Qualquer dia vais ver o pai'. Eu respondi: 'Enquanto eu for viva e ele for meu não vai'". Desconfia que no último Natal a criança falou com o pai pelo telefone.

O menino vive com os avós maternos, mas aos fins de semana e nas férias vai para casa da madrinha, uma prima paterna sem filhos. "Veste-o, compra-lhe tudo, até ficamos com pena de não lhe podermos dar o mesmo."

Apesar de Amália e Rui morarem por cima de Odília e de Oliveiros, não se aperceberam de situações de violência doméstica. "Ouvia discutir mas era a voz da minha filha. Ela deve ter sofrido muito nos dez anos que viveu com ele. Agora penso em muita coisa. Chegava a uma determinada hora e ela ia-se embora, parece que tinha medo de que ele chegasse a casa antes dela." Odília também gostava de saber as verdadeiras causas da depressão da filha e que a levaram a deixar o emprego. A morte da filha pelo marido nunca lhes tinha pas-

exigiram a mudança da morada das irmãs de Castro Verde para Amadora e teve de fazer um novo Cartão do Cidadão por não ter o código de acesso, por mais 30 euros. E há todo um conjunto de processos legais (responsabilidades parentais, habilitação de herdeiros, indemnizações), que só serão iniciados depois de Francisco Pepe ser julgado e a sentença ser executada. "Só queria que tudo isto acabasse para poder virar a página!", suspira Cátia.

Um dia depois da morte da mãe gritou no Facebook a sucessão de injustiças que sentia terem sido vítimas: "A minha querida mãe foi mais uma das mulheres assassinadas pelo marido. Após várias queixas e denúncias nada foi feito pela nossa justiça, além de ter deixado uma menor de 8 anos ter contacto diário, pernoitar todas as quartas-feiras e fins de semanas alternados, com uma pessoa totalmente desequilibrada e alcoólica, apenas aplicou a medida de coação de não aproximação. Medida que nunca foi cumprida e que foi denunciada. Agora, duas meninas de 8 e de 16 anos ficaram sem mãe e pai, cabendo-me a mim dar-lhes aquilo que não sei se vou conseguir.

Porquê? Porque a nossa justiça não protege as vítimas, mas sim os assassinos e corruptos. A minha mãe foi vítima de maus tratos físicos e psicológicos durante quase trinta anos e, mesmo com os problemas que tinha, era portadora de uma felicidade contagiante e de uma força inigualável. Era uma pessoa generosa e sincera que só queria o bem! Por favor, partilhem, ajudem-me a fazer que a morte da minha mãe não tenha sido em vão..." Uma semana depois colocou a foto de uma rosa a sangrar.

Cátia Cabo mantém o sorriso, o mesmo que recebia da mãe. "O tempo passa e tudo vai esquecendo... aos outros! Nós é que não podemos dar-nos ao luxo de esquecer, temos as burocracias para tratar e problemas para resolver que vão surgindo todos os dias!"

Silêncio sobre a morte

Nuno, de 9 anos, Sines. Filho de Amália Guerreiro, de 31, morta a 22 de junho de 2010, e de Rui Gonçalves, de 44, condenado a 23 anos. Tutela entregue aos avós maternos.

Estado deu 20 mil euros de compensação e uma pensão mensal de 120 euros.

"Matei a sua filha, outra mulher e vou matar-me!", ouviu pelo telefone Odília Guerreiro. Era Rui Gonçalves. Minutos antes, Amália, a filha, tinha-lhe pedido para ir buscar o neto ao jardim-infantil porque ia "fazer uma coisa com o Rui", o marido, e podia demorar. Já estaria perto da barragem de Morgavel onde ele a levou e atraiu a amante. Depois, matou ambas com tiros de caçadeira. "Sinceramente, quando ele me ligou, pensei que tivesse tido um acidente. Se soubesse... tinha chamado o meu filho e ia ao encontro dele. Nem sei o que lhe faria. Ele não se quis suicidar, só se feriu", assegura Odília, de 60 anos, desempregada da restauração. Nuno, o neto, tinha acabado de fazer 6 anos a 17 de junho. Vivía com os pais no piso superior de uma casa construída pelos avós maternos em Santo André, Sines. Os avós moravam no rés-do-chão e é onde se mantém toda a família, que inclui o irmão de Amália, mais novo, e que está a pagar o empréstimo ao banco para a ampliação da casa.

Homicídio conjugal



sado pela cabeça. "Nunca. Sempre pensei que se ele tinha deixado duas mulheres para ir viver com a minha filha, um dia ia deixar a minha filha para viver com outra", recorda Odília. A outra era Cláudia Póvoa, de 28 anos, a segunda mulher morta, vai fazer quatro anos em junho.

Rui Gonçalves tem mais dois filhos de anteriores uniões, de 20 e 26 anos, respetivamente. Foi condenado, a 11 de abril, a 22 anos de prisão pelos homicídios e mais um ano por ter mentido em tribunal ao esconder que tinha a carta de condução apreendida quando conduziu o carro no dia das mortes.

Oliveiros tem uma reforma de 322 euros mais o complemento solidário, no total de 790 euros mensais. "Reformei-me quando faltavam quatro dias para fazer 25 anos. Nunca perdi um dia, pensava que isso tinha valor...", lamenta. Mas de tanto trabalho, do que fala com mais o orgulho é de duas cadeiras de madeira em miniatura que fez com um canivete quando era miúdo e guardava ovelhas. Viveu até os 25 anos no campo e depois foi "para uma casa de móveis". "A minha filha é que era uma artista." Odília vai buscar as flores que Amália esculpiu de sabonetes de glicerina.

Um número no cemitério

Leticia, de 3 anos, Loures. Filha de Mónica Pinto, de 26, morta a 14 de junho de 2013, e de Pedro Magalhães, de 30, que se suicidou após matar a ex-companheira e a amiga. Vive com a avó materna.

Mónica Pinto deixou a casa da mãe, em Benfica, humilde mas com todas as condições, para ir viver com o Pedro Magalhães numa barraca no bairro clandestino do taldado militar, no Catujal, Loures. Aqui, as infraestruturas ficaram à porta e o realojamento parece ter sido interrompido. Paredes derrubadas de casas cujos ocupantes terão sido realojados, habitações construídas ao sabor do crescimento das famílias, oficinas e ferro-velho, um ou outro café improvisado lajeam uma estrada que não se sabe se alguma vez teve alcatrão. E muito ho-

1,3 milhões de euros

de "compensação" do Estado entregues nos últimos três anos a 102 filhos de vítimas mortais por o agressor não ter dinheiro para indemnizar

mem sem nada fazer. Assusta. Uma habitação maior, com gradeamento, destoa ao fim da estrada. É a casa do pai de Pedro Magalhães, "o homem que vende as garrafas de gás", conhecido por Zeca. E que descarta: "Nunca mais vi as crianças, não sei nada delas." São os seus netos, a Leticia, filha de Mónica, e mais duas crianças de 5 e 8 anos (idades na altura das mortes) de uma anterior relação do filho. Também já não falava com ele quando cometeu o duplo homicídio, suicidando-se em seguida. Pedro Magalhães, com alcunha de Pula, estava desempregado e, dizem os vizinhos, com uma depressão. Amigas da mulher contam que era obsessivo, que a proibia de os contactar, que os maus tratos eram constantes. Estiveram juntos três anos até que Mónica decidiu deixá-lo, oito dias antes de ele a matar.

Mónica ia com uma amiga, Inês Cecílio, de 22 anos, buscar a filha, então com 2 anos, ao infantiário Pomba da Paz, uma instituição de solidariedade social e com classes até ao 4.º ano. Não chegaram a entrar, os tiros atingiram-nas nas costas, falecendo no local. Pedro fugiu para se suicidar uns metros à frente.

Era hora de saída e as técnicas do infantiário tiveram de manter sangue-frio e sobretudo não deixar que as crianças vissem aquele cenário. Os meios-irmãos de Leticia frequentavam o mesmo estabelecimento. Sofia Santos era a educadora da sala da menina e, apenas, explica que tiveram o apoio de um psicólogo que contactaram na altura. E a mais não está autorizada.

Os filhos da anterior união de Pedro acabaram o ano letivo no infantiário e mudaram-se para a área de residência da mãe,

Leticia saiu logo e foi para casa da avó materna, em Benfica. Vai fazer um ano em junho, tudo está por decidir em termos jurídicos. As feridas estão muito frescas. Luísa não consegue falar da filha sem que as lágrimas lhe inundem os olhos. Custa-lhe ir ao cemitério, onde apenas resta um número e umas flores de plástico. Murmura: "Não recebi nada, não consigo tratar de nada. Não quero falar!"

Sem os cuidados da mãe

Ruben (já morreu), Carina de 20 anos, Gonçalo, de 14, Rio de Mouro. Filhos de Paula Alves Leitão, de 41, morta a 12 de junho de 2008, e de Rui da Silva, de 51, condenado a 15 anos. Gonçalo está numa instituição.

Rui da Silva Leitão assassinou Paula Leitão com cinco facadas à frente de dois filhos: Ruben e Gonçalo. Ao fim de 20 anos de vida em comum e de maus tratos a Paula. O vício potenciava as cenas de violência doméstica, que se tornaram mais frequentes quando Rui ficou desempregado. A mulher pediu o divórcio. Ele não aceitou.

A família vivia num apartamento em Rio de Mouro, casa própria que hoje está fechada e cujo condomínio é pago pontualmente por uma irmã de Rui Leitão, conta Joaquim Violante, um vizinho. Este lembra as visitas de Carina Leitão, a filha do meio e que não estava em casa quando a mãe foi morta. Visitou-a acompanhada de Gonçalo e de uma tia paterna. "A última foi há três meses. Vinham de visitar o pai na prisão da Carregueira [Sintra]. Pareceram-me bem, a rapariga está muito bem." O homicídio faz seis anos em junho e, aparentemente, os dois jovens têm uma ligação com o pai. Carina emigrou recentemente com o companheiro para a Alemanha e prefere não falar. Gonçalo está numa instituição para jovens, em Lisboa.

As visitas não têm tratamento especial por parte do estabelecimento prisional. Os responsáveis da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais explicam que "não têm qualquer tutela ou competência sobre os filhos dos reclusos, independentemente do crime que cometeram". E que a visita de menores de 16 anos "deve ser feita sob o acompanhamento de quem os tutelam". Após o homicídio, e do pai ser detido, os três filhos de Paula ficaram a viver na mesma



Cátia expressou no Facebook sentimentos de injustiça e tristeza pela morte da mãe



Mónica ia com uma amiga buscar a filha ao infantário (foto à esquerda) e foi morta pelo ex-companheiro, que matou as duas mulheres e se suicidou. É agora número num cemitério (esquerda)

casa, embora sob a responsabilidade de um irmão do pai. A tragédia voltou a bater-lhes à porta mais de um ano e meio depois, quando Ruben morreu em casa. Estavam sozinhos e foram para a rua chorar pela morte do irmão, sem saber o que fazer. Contam os vizinhos que o rapaz sofria de epilepsia e lhe faltou quem tratava dele e lhe dava os medicamentos: a mãe.

É, então, que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Sintra Ocidental (CPCJ) retira a confiança ao familiar e coloca Gonçalo sob tutela da Segurança Social. Carina tinha 18 anos, ou estaria a fazê-los, e manteve-se na residência, agora com um irmão da mãe. O homem não tem

27 433
queixas

de maus tratos na GNR e na PSP durante 2013, um aumento de 5,2% em comparação com 2012. Estas denúncias vinham a diminuir desde 2010

emprego, faz uns biscates de vez em quando, como despejar o lixo de um café local.

A rapariga foi viver depois para Almada, onde tinha o namorado e trabalho, o último no refeitório de uma fábrica de automóveis. Até que emigraram, em dezembro.

A CPCJ confirma que acompanha este caso desde 2008 e que o processo de Carina está arquivado desde que atingiu a maioria. Não revela outras informações. E não chegaram pedidos de indemnização à Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes.

Tal como Cátia, Carina publica no Facebook fotos de felicidade partilhada com o companheiro. E um lindo sorriso.

Futuro. Estes processos podem demorar mais de quatro anos, entre execução da sentença, tutela das responsabilidades parentais e indemnizações, o que atrasa o luto por estas mortes. Técnicos no terreno respondem às perguntas principais

Estes filhos voltarão a amar o pai?



BRUNO BRITO
Gestor da Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio da APAV

Difícilmente! Dizem os estudos e a experiência do psicólogo Bruno Brito. Acredita que os filhos podem voltar a ter uma ligação com o pai homicida, o que é raro, mas não é amor. "Apesar de haver uma relação próxima com o pai, estamos a falar de situações de violência doméstica e em que já existem problemas afetivos. Nas crianças mais pequenas há uma maior relação com os pais do que quando começam a entrar na adolescência. Nessa altura, tendem a tomar partido por um dos pais e têm uma relação de proteção. Normalmente, um homicídio de uma mãe por um pai vem de um clima em que existe agressão e a criança já tomou partido pela mãe. É muito difícil voltar ter um relacionamento cordial com este pai", explica o gestor de apoio aos familiares das vítimas de homicídio. A rede não promove encontros entre os homicidas e as famílias, mas há agressores que o tentam por outros meios, para se desculpar pelo que fizeram. Mas os filhos nunca desculparam, diz Bruno Brito. "Não desculpendo a situação, podem chegar a uma postura de compreensão. Podem voltar a ter uma ligação com o pai mas não considero que seja amor. Nunca os idealizaram como pais perfeitos e até temiam que o homicídio acontecesse." Estas crianças tardam a fazer o luto, o que em regra demora três a seis meses. O luto é mais traumático num homicídio do que numa morte por doença ou acidente. Difícilmente se consegue fazer antes do julgamento terminar, "para a pessoa se pacificar e sentir que houve justiça", explica o psicólogo. E remata: "São feridas muito difíceis de sarar."

O pai poderá obter a tutela do filho?

HELENA GONÇALVES
Procuradora da República

"As decisões não são uniformes porque as situações também não são uniformes", começa por dizer a procuradora da República. Em regra, o filho não permanece com o pai homicida, ficando com uma pessoa da família alargada. Numa situação de homicídio conjugal intervem os tribunais criminais e o Tribunal de Família e Menores e, em certos casos, o Tribunal Cível. Sendo o crime de violência doméstica e o de homicídio de natureza pública e compete ao Ministério Público intervir, abrindo um inquérito criminal e comunicando o caso ao Tribunal de Família e Menores ou à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o que, por vezes, também é feito pela polícia. Helena Gonçalves diz que "só muito ocasionalmente não há no círculo da família quem fique com a criança", justificando: "Retirar uma criança da família para a pôr numa instituição é algo que só em último caso deverá suceder (lei n.º 147/99)." Quando o pai mata a mãe e se suicida, obriga à instituição de uma tutela, sendo nomeado um tutor e constituído um conselho de família. "Pode ocorrer a uma situação de necessidade de tutela quando o progenitor mata a mãe e não se suicida, mas terá de ser proferida uma sentença que iniba esse pai do exercício das responsabilidades parentais", explica. Só depois dessa sentença transitar em julgado é que há lugar à ação de tutela, que é requerida pelo Ministério Público. Também pode, nos casos em que se justifique, ocorrer ação para declarar o condenado por homicídio conjugal "indigno" para efeitos de herança da pessoa que matou.

Quem indemniza estas famílias?



CARLOS ANJOS
Presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crime

É ao autor do crime que compete indemnizar a família da vítima, nem sempre só os filhos. O Ministério Público (MP), quando o acusa, pode fazer em representação das crianças um pedido de indemnização civil por danos físicos e morais. Além da pena pelo crime terá de pagar uma indemnização à vítima e/ou familiares. Só depois da sentença ser executada e de o agressor não dispor de bens é que os interessados podem recorrer à Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes. "Só depois de os familiares da vítima não terem sido indemnizados por ninguém é que o Estado analisa o caso para poder atuar em termos de solidariedade social", sublinha Carlos Anjos, que assumiu a presidência da Comissão em 2011, após praticamente um ano parado. O pedido poderá ser apresentado pelos familiares da vítima, pelo MP ou por instituições de apoio. "A decisão pode demorar três a nove meses", garante. Esclarece que não se trata de uma indemnização, mas de uma compensação, "não existindo ligação com a indemnização arbitrada em tribunal". O montante a atribuir depende da situação económica, patrimonial e social de cada criança (mesmo entre irmãos), bem como da vítima. Por exemplo, se não trabalhar e não tiver rendimentos à data do crime, a compensação por danos físicos será menor. Quando o pedido é feito pouco depois do crime, "como acontece muitas vezes, fica pendente e demora o tempo necessário até à conclusão do processo judicial", diz Carlos Anjos. Há vítimas que foram apoiadas durante ano e outras durante quatro depois do crime.



Algumas vítimas nem dinheiro têm para telefonema de denúncia

Vítimas de violência queixam-se menos por causa da crise

Maus tratos
Natália Faria

APAV atendeu menos 212 vítimas directas de crime em 2013, descida que contrasta com a subida dos últimos anos

Menos queixas e mais dificuldade em ajudar: a crise está a fazer baixar o número de pedidos de apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e, por outro lado, a dificultar a resposta às vítimas. “As pessoas aparecem não só com o problema da vitimação mas com uma série de problemas relacionados, como a necessidade de casa, emprego, alimentação e saúde. E, com a crise, os técnicos têm muita mais dificuldade em responder a essas necessidades”, adiantou José Duque, da APAV.

Em 2013, esta associação apoiou menos 212 vítimas directas de crime (8733, contra as 8945 de 2012). É uma descida que contrasta com as consecutivas subidas verificadas nos últimos anos. Por outro lado, apesar do menor número de pedidos de ajuda, foram necessários mais 14.475 episódios de atendimento para garantir o respectivo encaminhamento: 37.222 atendimentos em 2013, contra os 22.747 do ano anterior. “E os resultados são muito menos evidentes. Os técnicos têm muito mais dificuldade em conseguir emprego e mudança de casa, e às vezes de cidade, para uma vítima de violência conjugal, por exemplo”, acentuou José Duque.

Do mesmo modo, “tornou-se muito mais difícil encontrar respostas, nomeadamente num lar, para um idoso vítima de violência”. Isto por-

que a crise fez com que “a capacidade de resposta da sociedade diminuisse consideravelmente” em todos os campos. “Se já antes as vítimas estavam no silêncio e não pediam ajuda, hoje temos a certeza de que há muitas mais vítimas que não chegam a pedir ajuda, com receio de não terem as condições económicas para sobreviver fora do agregado familiar violento”, adianta ainda José Duque. Há pormenores que sustentam a convicção: “Cada vez mais, as pessoas que nos telefonam pedem para lhes ligarmos de volta. Nem sequer se podem dar ao luxo de gastar dinheiro com aquele telefonema.”

Durante o ano passado, a APAV registou 20.642 crimes, um número ligeiramente acima dos 20.331 crimes de 2012. Quanto à tipologia, nenhuma novidade: os crimes de violência doméstica representam a esmagadora maioria (84,2%) dos crimes relatados pelas vítimas. E, dentro desta categoria, a APAV destaca a percentagem significativa de maus tratos psíquicos (36,8%) e físicos (26,9%). Ambos perfazem 63,7% dos “crimes de violência doméstica em sentido estrito”. Embora percentualmente menos significativos, destacam-se ainda entre os crimes de violência doméstica no sentido mais lato, 34 homicídios tentados e seis consumados, 68 casos de violação e 32 casos de abuso sexual de criança, a que se somam ainda 16 casos de abuso sexual de menor dependente ou de pessoa incapaz de resistência. Mais dados na mesma categoria: 27 queixas de subtração de menor e 52 violações da obrigação de alimentos.

Os maus tratos contra menores têm vindo a aumentar. Todos os dias, chegaram em média à APAV 2,7 denúncias de crimes contra crianças e jovens.



Há 19 crianças e 15 idosos vítimas de crime por semana

A APAV recebeu mais de vinte mil queixas de crime em 2013. Violência doméstica lidera a estatística

TODAS AS SEMANAS 19 crianças e jovens, 15 idosos e 134 adultos são vítimas de crime em Portugal, revela o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que recebeu no ano passado 20 642 queixas de crimes.

Em 2013, a APAV apoiou 8733 vítimas diretas de um crime, das quais 6985 eram pessoas adultas até aos 64 anos, 973 eram crianças e jovens e 774 eram idosos, que representam 8,9% do total das vítimas.

De acordo com os dados avançados ontem pela agência Lusa, 82,8% das vítimas eram mulheres, com idades entre os 25 e os 54 anos, com

destaque para o intervalo de idades entre os 35 e os 44 anos (14,2%). Relativamente aos menores, a faixa etária mais significativa situou-se entre os 11 e os 17 anos (5,2%).

Além de ter apoiado 8733 vítimas, a APAV desenvolveu ainda 11 800 processos de apoio. Concretamente, fez 37 222 atendimentos, mais 14 475 face ao ano anterior.

Violência doméstica

Os crimes de violência doméstica representam a esmagadora maioria (84,2%) da aquela estatística. "Considerando o vasto leque de crimes" que estão incluídos nesta categoria, a associação destaca a percentagem dos maus tratos psíquicos (36,8%) e dos maus tratos físicos (26,9%), que totalizam 63,7% da violência doméstica.

A APAV alerta ainda para o facto de que "o atual contexto de crise revela, a cada dia que passa, o crescente empo-



NATACHA CARDOZO / GLOBAL-IMAGENS

APAV apoiou, no ano passado, 774 idosos

VIOLENCIA

134

adultos são vítimas de crime todas as semanas, diz APAV.

brecimento da população", sendo que "as necessidades de alimentação, habitação, emprego, caracterizam cada vez mais os pedidos de apoio". A associação adianta, ainda, que a sua experiência permite supor que "existem vítimas que não procuram ajuda, com receio de não terem as condições económicas para sobreviver fora de um agregado violento". ●

Pais de jovens vítimas de treinador pedem maior pena possível

Abusos. Ex-técnico de futsal de Vale de Milhaços começou a ser julgado por 51 crimes de abuso sexual de 17 menores entre os 10 e os 15 anos

ROBERTO DORES

"Não há nada que pague o mal que ele fez aos nossos filhos. As crianças ficaram muito maltratadas física e psicologicamente. Agora só queremos que seja condenado à maior pena possível." As palavras são de Carlos Tomé, pai de um dos menores que jogavam futsal no Águias de Vale de Milhaços (Seixal) e que está entre as 17 vítimas de abuso sexual por parte do treinador. O homem de 30 anos, em que todos os pais confiavam, mas que durante 12 meses terá abusado de jogadores entre os 10 e os 15 anos, começou ontem a ser julgado à porta fechada do Tribunal de Almada. Os pais exigem ainda uma indemnização global de 150 mil euros.

O arguido, que está em prisão preventiva desde meados de abril de 2013 – quando o caso foi desco-

berto pela PJ de Setúbal, tendo levado à sua suspensão imediata do clube –, é acusado de 51 crimes de abuso sexual e dois de pornografia infantil, pendendo sobre si a suspeita de quatro violações.

O antigo treinador nega tudo desde a primeira hora em que a PJ entrou nas instalações do clube. Quando foi confrontado pela investigação garantiu que se limitava a fazer massagens às crianças, mantendo essa versão até hoje.

Mas além das perícias realizadas na altura pelo Instituto de Medicina Legal, que, segundo Francisco Vaz, outro dos pais, atestam os abusos, existe a troca de várias mensagens, entre treinador e vítimas, via Fa-

cebook, que consolidam a acusação do Ministério Público. Aliás, foi através destas mensagens que um dos pais se apercebeu de conversas impróprias entre um adulto e uma criança, tendo alertado outros progenitores.

Arguido, em prisão preventiva, negou sempre os crimes



JOÃO GRIÃO/GLOBALIMAGENS

Processo começou ontem a ser julgado no Tribunal de Almada

A surpresa foi geral. "Nada fazia prever este horror. O homem nunca tinha dado sinais de nada. Era uma pessoa aparentemente normal. Ficámos completamente arrasados e em choque quando nos

disseram. E logo durante tanto tempo", descreveu Paulo Jorge Mata, outro dos pais. Afinal, o treinador dava-se bem com as famílias e até frequentava a casa de algumas, sendo mesmo convidado

para as refeições. Jorge Mata só ficou a saber dos abusos no dia em que o filho desabafou com a mãe. "Preferi nem saber de todos os pormenores", sublinhou, enquanto Carlos Tomé recorda que durante vários meses as crianças optaram por não falar.

O treinador prometera aos menores carreira no futebol em troca do silêncio. "Nenhum dizia nada e as coisas a acontecer daquela forma", lamenta revoltado, sendo que o treinador mantinha contacto com os jogadores uma média de cinco vezes por semana. Nas instalações do clube, onde há suspeitas de ter abusado de jovens nos balneários, e numa rulote que tinha num parque de campismo da Costa de Caparica. "Nós víamos ali um amigo e deixávamos os miúdos ir com ele", resume Francisco Vaz.

FAMILIARES

Tensão e raiva à porta do tribunal

Enquanto vários pais acompanharam a primeira sessão do julgamento no interior do 2.º juízo criminal, por terem sido constituídos testemunhas no processo, vários progenitores dos menores vítimas de abusos sexuais passaram parte do dia à porta do tribunal de Almada. "Gostava de entrar só para o olhar nos olhos.

Perceber qual é a reação de uma pessoa que é capaz de fazer uma coisa tão terrível", justificava Carlos Tomé, enquanto outros pais até "agradeciam" ter sido impedidos de enfrentar o arguido. "Isto não ia acabar bem, porque há muita gente revoltada que o quer apanhar desde que foi preso", avisava uma mãe.

Todas as semanas há 19 menores vítimas de crime

RELATÓRIO Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu no ano passado, no total, 20 642 queixas de crimes

O relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revela os números que não escondem os casos concretos de sofrimento e dor: todas as semanas, 19 crianças e jovens, 15 idosos e 134 adultos são vítimas de crime em Portugal. Ao todo, a APAV recebeu no ano passado 20 642 queixas de crime. Uma realidade violenta que se traduz, de acordo com o mesmo documento, em 37 222 atendimentos, isto é, mais 14 475 em relação ao ano anterior.

Dos dados revelados no que toca ao apoio às vítimas diretas de

crime, de um total de 8733, aquele organismo apoiou 973 crianças e jovens. De entre os inúmeros indicadores, em termos familiares, por exemplo, nas relações entre o autor do crime e a vítima, para além de se destacarem as relações de conjugalidade, também há que ter em conta as ligações familiares (12 por cento filhos; 7,9 por cento pais; 1,6 por cento irmãos; 0,6 por cento avós).

Quanto à distribuição geográfica da residência da vítima, os grandes centros urbanos são os locais com maior prevalência de casos. Lisboa é, aliás, a cidade com o maior registo (19,7 por cento do total), logo seguida pela cidade do Porto (10,4 por cento), Faro (8,6 por cento), Setúbal (7,3 por cento) e a Região Autónoma dos Açores (6,1 por cento). Beja, Guarda e Portale-

gre são as cidades com menos registos. Quanto à esmagadora maioria das vítimas, esta análise da APAV revela que são portuguesas (90,8 por cento), seguindo-se de nacionalidade brasileira (2,8 por cento), angolana (0,6 por cento), cabo-verdiana (0,5 por cento), romena (0,5 por cento) e ucraniana (0,5 por cento).

O documento da APAV – divulgado a propósito do Dia Europeu da Vítima do Crime, que se assinala dia 22 – aponta, de novo, para a tendência dominante dos crimes de violência doméstica (84,2 por cento) de todos os crimes relatados pelas vítimas. Assinala ainda o comunicado da APAV sobre "a percentagem significativa" dos crimes de violência doméstica relacionados com maus tratos psíquicos (isto é, 36,8 por cento). E reportan-

do ainda sobre os crimes de violência doméstica em sentido estrito, a APAV refere que 26,9 por cento são referentes a maus tratos físicos. Já quanto à mesma tipologia mas "em sentido lato", os relatos são predominantemente sobre a violação de domicílio ou perturbação da vida privada, logo seguido pelos crimes de furto/roubo e de dano.

Refira-se que as vítimas são apoiadas por técnicos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima através da rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, nas diversas Casas de Abrigo e, também, nas Unidades de Apoio à Vítima Migrante. A APAV destaca ainda a colaboração e cooperação das forças policiais, quer PSP quer GNR, colaboração que, sublinham, "muitas vezes essencial para garantir a segurança das vítimas". RC.

NÚMEROS

VÍTIMAS

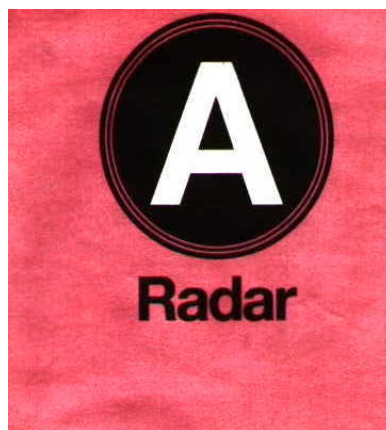
973 crianças e jovens foram apoiadas pela APAV enquanto vítimas diretas de crime. A faixa etária mais significativa nos menores situa-se entre os 11 e os 17 anos.

CRIME

19 crianças e jovens foram vítimas de crime todas as semanas. De entre a tipologia de vários crimes, a APAV refere que relativamente aos crimes sexuais foram relatados 83 crimes de violação de crianças e menores.

FAMÍLIA

43 por cento das vítimas que procuraram a APAV vivem em famílias nucleares com filhos.



Estatísticas mostram que quase metade das vítimas (44%) que recorrem à associação admitem não ter apresentado queixa às autoridades por medo de represálias

PETTER ARICI/GETTY IMAGES

APAAV. Uma em cada dez vítimas suporta mais de 12 anos de violência

Relatório anual mostra que 74% das situações de violência são continuadas e a maioria acontece entre o casal

ROSA RAMOS

rosa.ramos@ionline.pt

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAAV) detetou 419 casos de vítimas que suportaram agressões durante mais de 20 anos. Segundo relatório anual de 2013, divulgado ontem, 10% do total das vítimas que recorreram à associação aguentaram situações de violência mais de 12 anos. A maioria dos crimes reportados (74%) foram, aliás, considerados continuados.

Em 2013, o número de pessoas que pediram ajuda à APAAV subiu 63%. No ano anterior tinham sido atendidas cerca de 22 700 vítimas de crimes, mas o número ultrapassou os 37 200 atendimentos em 2013 - o que representa um aumento de 15 mil situações reportadas.

De acordo com a associação, a crise económica e social poderá explicar a subida. "O actual contexto de dificuldades financeiras e sociais revela, a cada dia que passa, um crescente empobrecimento da população portuguesa", começa por explicar José Duque, da APAAV. A crise tem desencadeado, por exemplo, mais casos de violência conjugal ou em contexto familiar. "As dificuldades económicas levam a que casais separados continuem a coabitar no mesmo espaço e que várias gerações da mesma família ocupem uma só casa, o que agudiza os

conflitos", exemplifica José Duque.

As estatísticas comprovam-no. Em 2012 foram reportadas à APAAV 16 970 situações relacionadas com violência doméstica, enquanto no ano passado o número já foi de 17 384. Também os crimes cometidos na residência comum do agressor e da vítima conheceram uma subida, de 4077 casos em 2012 para 5507 o ano passado. Por outro lado, a percentagem de crimes cometidos pelo cônjuge da vítima aumentou 4% e os perpetrados por companheiros subiu 11%. Do total de 20 642 crimes reportados à APAAV no ano passado, mais de 80% estiveram relacionados com situações de violência doméstica.

SILÊNCIO Apesar de os números do último relatório serem "expressivos", a APAAV admite que muitas vítimas continuam a não procurar ajuda. "Com receio de não terem condições económicas para sobreviver fora de um agregado familiar violento", sublinha José Duque. As estatísticas mostram que quase metade das vítimas (44%) que recorrem à associação admitem não ter apre-

sentado queixa às autoridades. "Nós incentivamos sempre a apresentação de queixa, pois acreditamos que a justiça está ao serviço das pessoas, mas muitas vítimas têm medo de represálias e preferem primeiro zelar pela sua segurança", explica a associação.

CRIANÇAS Fora do contexto conjugal, as crianças e os idosos continuam a ser os grupos mais vulneráveis. Todas as semanas, 19 crianças e jovens e 15 idosos são vítimas de crimes. Em 2013 foram reportadas à associação 974 situações com menores envolvidos (mais 100 que no ano anterior) e ainda 774 casos de violência com idosos.

O que parece não mudar é o perfil das vítimas. Continuam a ser sobretudo mulheres, com idade entre os 25 e os 54 anos, casadas, com filhos e estudos superiores. Por outro lado, em 82,3% dos crimes os agressores foram homens. O agressor-tipo, aponta o relatório da APAAV, tem entre 25 e 54 anos e é casado. Quanto à situação profissional, 17% dos agressores estavam desempregados.

Já no que diz respeito aos crimes sexuais, e fora do contexto conjugal, a Associação de Apoio à Vítima sublinha que foram relatados no ano passado 83 casos de violação de crianças ou adultos (3,3% do total de crimes) e 70 de abuso sexual de crianças e menores de 14 anos (2,8%).

Número denúncias à APAAV subiu 63%, mais 15 mil casos do que em 2012



Relatório

CRIMES MAIS FREQUENTES

À semelhança de anos anteriores, mais de 80% do total de crimes relatados pelas vítimas à APAV aconteceram em contexto de violência doméstica. Só no ano passado foram registadas 4684 situações de maus-tratos físicos e 6403 de maus-tratos psíquicos. A violência conjugal resultou em homicídio pelo menos em seis casos. Foram relatados, por outro lado, 231 crimes de violação de domicílio, 120 de furto e 68 violações. Fora do âmbito da violência doméstica registaram-se ainda 168 crimes de maus-tratos e 83 violações. Segundo o relatório, em 2013 foram também contabilizados 55 homicídios.

PERFIS DO AGRESSOR E DA VÍTIMA

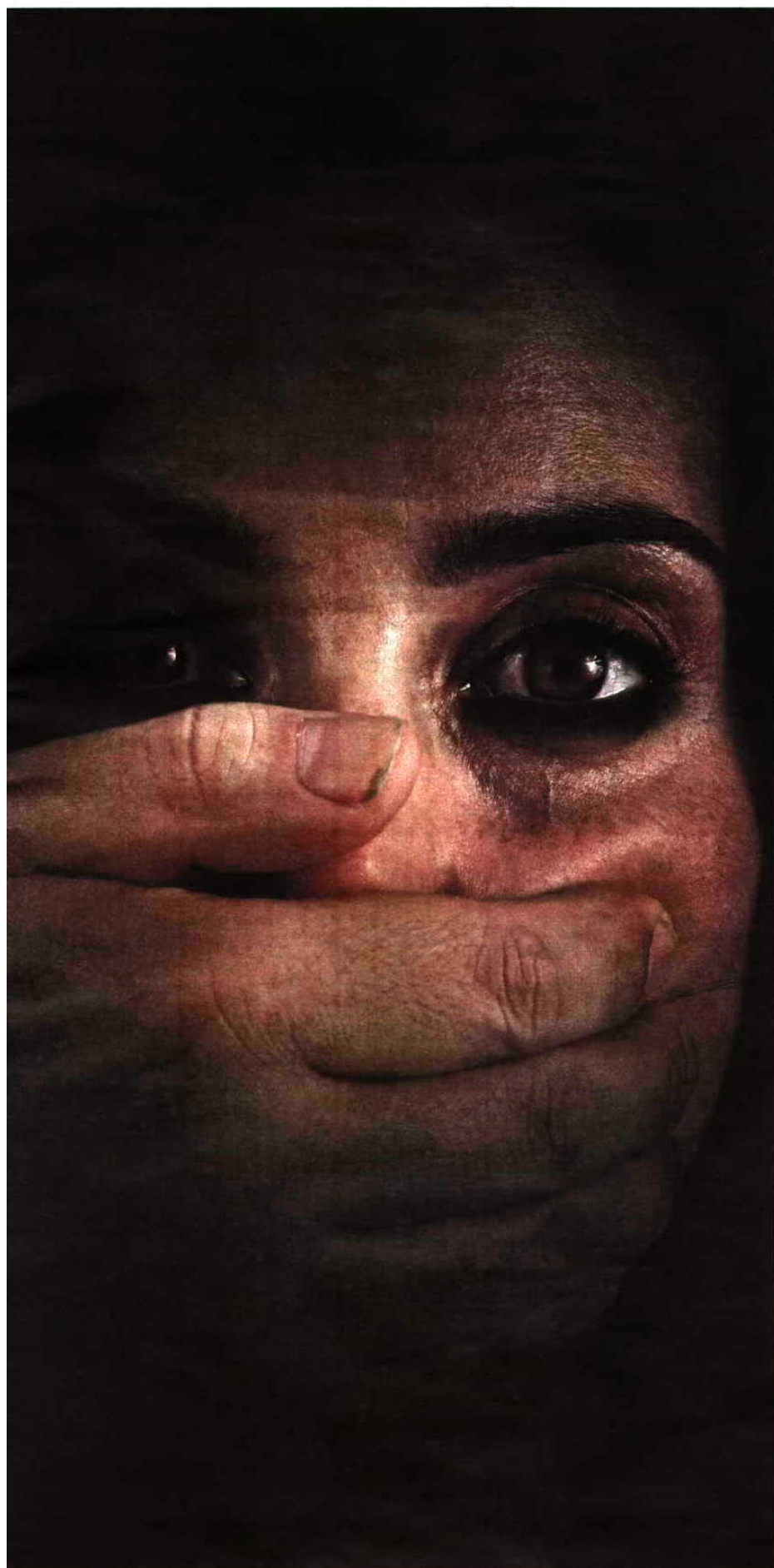
Mais de 80% das vítimas são mulheres, a maior parte com idade entre os 25 e os 54 anos. A faixa etária entre os 35 e os 44 é aquela que apresenta maior vulnerabilidade (14,2% dos casos). A vítima é por norma casada, com filhos, tem emprego e vive nos grandes centros urbanos. Quanto aos agressores, são maioritariamente homens (82,3%) com idades entre os 35 e os 44 anos e regra geral casados. Em 17,4% das situações de violência, o agressor estava desempregado. No ano passado, a APAV identificou 8982 autores de crimes, mais 249 que as 8733 vítimas apoiadas de forma directa pela associação.

RELAÇÃO ENTRE AGRESSOR E VÍTIMA

Em mais de metade dos crimes, o agressor é cônjuge ou ex-companheiro da vítima. Do total de situações de agressão, 30,7% foram cometidas pelo cônjuge e 12,3% pelo companheiro da vítima. A esta percentagem somam-se ainda os 6,8% de crimes cometidos por ex-companheiros e 5,5% por ex-cônjuges. Por outro lado, 12% das situações relatadas à APAV dizem respeito à violência cometida por pais sobre filhos e 7,9% por filhos sobre pais. Assim, a esmagadora maioria dos crimes são cometidos no contexto de relações de conjugalidade ou familiares, conclui a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

ONDE ACONTECE A MAIORIA DOS CRIMES?

Mais de metade dos crimes ocorrem na residência comum do agressor e da vítima (54,1% das situações). As estatísticas mostram, por outro lado, que 13,2% dos casos de violência acontecem na casa da vítima e 8,9% na residência do agressor. Em 2013 registaram-se também mais de mil crimes em plena via pública (10,2%) e mais de 300 no local de trabalho da vítima (3,3%). Quanto às queixas feitas na polícia, 39% das vítimas que recorreram à APAV disseram ter apresentado queixa às autoridades. No entanto, quase metade (44%) optaram por não o fazer. O contacto com a associação foi feito pela própria vítima em 58,7% dos casos de violência.



SOBE & DESCE



JOÃO LÁZARO
↑ Em 2013, a APAV apoiou 8733 vítimas de crime, 82,8% das quais mulheres.



DIOGO GUINAPO
↓ Diogo Guinapo está acusado de 53 crimes de abuso sexual sobre 15 crianças.

ESTUDO DA APAV

76 crianças vítimas por mês

■ Todos os meses, 76 crianças, 60 idosos e 536 adultos são vítimas de crimes em Portugal, revelou a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) num estudo divulgado ontem.

No total, foram 937 os menores vítimas de crimes durante o ano passado – 70 destes casos são crimes de abuso sexual de crianças com menos de 14 anos.

De acordo com os dados divulgados, a APAV apoiou, em 2013, 8733 vítimas diretas de um crime, 82,8% das quais eram mulheres entre os 25 e os 54 anos.

Lisboa (com 19,7% dos casos), Porto (10,4%), Faro (8,6%) e Setúbal (7,3%) foram as cidades com mais crimes registados. Beja, Guarda e Portalegre (com 0,2% dos casos) são as cidades menos representativas no estudo.

Entre os adultos vítimas de crime, mais de 30% são casadas e 43% vivem em agregados com filhos. ■ J.C.R.COM.LUSA



RICARDO CABRAL

Mais de 8 mil vítimas de um ou mais crimes

Violência. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) ajudou, em 2013, 8.733 vítimas diretas de um ou mais crimes e desenvolveu 11.800 processos de apoio.

Os dados são do relatório anual da instituição, divulgado ontem. Em 2012, a APAV tinha prestado “algum tipo de apoio” a cerca de 23.500 pessoas, entre vítimas diretas (8.945), indiretas, seus familiares e amigos. No ano passado, a APAV fez 37.222 atendimentos, mais 14.475 em relação ao ano anterior, com os utentes a relatarem que foram vítimas diretas de 20.642 crimes, adiantam os dados da agência Lusa.

Seguindo a tendência de anos anteriores, os crimes de violência doméstica representam a esmagadora maioria (84,2%) dos crimes relatados pelas vítimas à APAV.

“Considerando o vasto leque de crimes” que estão incluídos nesta categoria, a associação destaca a “percentagem significativa”



De 2012 para 2013 contabilizou-se um assinalável aumento de pessoas que recorreram à APAV: crise económica e social em Portugal será a principal razão que explica o sucedido. © ISTOCK

que assumem os maus-tratos psicológicos (36,8%) e os maus-tratos físicos (26,9%), que totalizam 63,7% dos “crimes de violência doméstica em sentido estrito”.

Dos crimes de violência doméstica em “sentido lato”, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada (1,3%) foi o crime mais vezes relatado, seguindo-se os crimes de furto/roubo (0,7%) e de dano (0,6%).

A APAV adianta ainda, através de comunicado, que “o atual contexto de crise económica e social revela, a cada dia que passa, o crescente empobrecimento da população portuguesa”, sendo que “as necessidades múltiplas de alimentação, habitação, emprego, etc. caracterizam cada vez mais os pedidos de apoio”.

+ dados

Todas as semanas, 19 crianças e jovens, 15 idosos e 134 adultos são vítimas de crime em Portugal, revela o relatório anual da APAV.

No ano passado, chegaram à APAV 20.642 queixas de crimes:

- A APAV apoiou 8.733 vítimas diretas de um crime, 973 das quais eram crianças e jovens e 774 eram

idosos, que representam 8,9% do total das vítimas.

- 82,8% das vítimas eram mulheres, dos 25 aos 54 anos, com destaque para o intervalo dos 35 e os 44.



ID: 52333295

13-02-2014

MARTA ENCARNÇÃO

O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) abriu no ano passado 393 novos processos de apoio, mais 44 do que em 2012. Segundo o GAV de Braga, a maioria dos processos abertos em 2013 refere-se a situações de violência doméstica.

O relatório anual da APAV, divulgado ontem a propósito da comemoração do Dia Europeu da Vítima do Crime, que se assinala a 22 de fevereiro, revela um total nacional de 37.222 atendimentos. Na rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, Casas de Abrigo e Unidades de Apoio à Vítima Migrante, os técnicos da APAV, a maioria voluntários, desenvolveram 11.800 processos de apoio, tendo apoiado 8.733 vítimas diretas. As pessoas apoiadas pela APAV relataram ter sido vítimas de 20.642 crimes.

De acordo com a APAV, o contexto atual de crise



APAV acredita que existem vítimas que não procuram ajuda com medo de não conseguirem sobreviver fora do agregado violento

APAV divulgou ontem estatísticas de 2013

Gabinete de Apoio à Vítima registou 393 novos processos

económica e social e o empobrecimento da população «caracterizam cada vez mais os pedidos de apoio». «As diligências têm

sido em maior número e mais diversas, mas os resultados menos evidentes, sobretudo a curto prazo. A experiência da APAV per-

mite ainda supor que existem vítimas que não procuram ajuda, com receio de não terem as condições económicas para sobrevi-

ver fora de um agregado familiar violento», explica a associação.

Em termos globais, os crimes de violência domés-

tica representam a esmagadora maioria (84,2 por cento) dos crimes relatados pelas vítimas. Nesta categoria, a APAV sublinha a «percentagem significativa» dos maus-tratos psicológicos (36,8 por cento) e os maus-tratos físicos (26,9 por cento), que totalizam 63,7 por cento dos «crimes de violência doméstica em sentido estrito».

Ainda no que se refere à violência doméstica, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada foi o crime mais vezes relatado, seguindo-se os crimes de furto/roubo e de dano.

O relatório mostra que os crimes contra as pessoas, designadamente os que são contra a integridade física e liberdade pessoal, entre outros, somaram um total de 12,3 por cento dos crimes registados em 2013. Relativamente aos crimes sexuais, foram relatados 83 crimes de violação de crianças ou adultos e 70 crimes de abuso sexual de crianças menores de 14 anos.

ARQUIVO DM



APAV: 168 vítimas de crime por semana

Todas as semanas, em média, 19 crianças e jovens, 15 seniores e 134 adultos são vítimas de crime em Portugal, revela o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que recebeu no ano passado 20.642 queixas de crimes. Em 2013, a APAV apoiou 8.733 vítimas directas de um crime, das quais 6.985 eram pessoas adultas até aos 64 anos, 973 eram crianças e jovens e 774 eram seniores, que representam 8,9% do total das vítimas. Segundo dados ontem divulgados, 82,8% das vítimas eram mulheres, com idades entre os 25 e os 54 anos, com destaque para o intervalo de idades entre os 35 e os 44 anos (14,2%).◀

APAV apoiou 38 vítimas de crime na Madeira

SANDRA CARDOSO, em Lisboa
scardoso@dnoticias.pt

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 38 pedidos de ajuda da Madeira o ano passado, mais 3 do que em 2011, mas acredita que há muitas mais para apoiar. É que a APAV não tem representação na Madeira e os pedidos de ajuda que recebe são feitos através da linha telefónica 707 20 00 77. A associação alimenta, porém, o desejo de abrir gabinete de apoio à vítima (GAV) na Região. “Estão a ser tomadas diligências nesse sentido”, assegurou José Duque, porta-voz da APAV. Nos Açores, onde a associação está presente com um GAV e com um Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação dos Açores, o número de vítimas de crimes apoiadas foi de 537. “Onde temos um gabinete físico o número de pessoas ajudadas é maior”, esclarece José Duque. “Pode-se supor sem grande margem para dúvidas que há muito mais vítimas na Madeira dos que as que ajudamos”, prossegue.

Os dados constam do relatório estatístico anual da Instituição, ontem divulgado, que dão conta que todas as semanas 19 crianças e jovens, 15 idosos e 134 adultos são vítimas de crime em Portugal. O ano passado, a APAV recebeu 20.642 queixas de crimes, apoiou 8.733 vítimas directas de um crime, das quais 6.985 eram pessoas adultas até aos 64 anos, 973 eram crianças e jovens e 774 eram idosos, que representam 8,9% do total das vítimas.

Vítimas e agressores

A grande maioria das vítimas que chegam à associação são mulheres (82,8%), com idades entre os 25 e os 54 anos, com destaque para o intervalo de idades entre os 35 e os 44 anos (14,2%).

Em termos familiares, mais de



Associação acredita que há muitos mais casos de vítimas para ajudar na Madeira.

30% das vítimas que procuraram a APAV eram casadas e 23,5% solteiras, refere o relatório, acrescentando que 43% vivem em famílias nucleares com filhos e 6,1% em famílias nucleares sem filhos. As famílias monoparentais apresentavam uma percentagem na ordem dos 13 por cento.

“Em traços gerais, quanto ao nível de ensino, podemos caracterizar as vítimas, entre as que detêm diplomas de ensino superior (6,9%) e as que completaram os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (ambos com 4,5%)”, adiantam os dados. Referem ainda que 29,1% das vítimas encontravam-se empregadas e 19,7% em situação de desemprego. Os reformados e os estudantes também apresentavam “percentagens relevantes”, entre os 11% e os 12 por cento.

A APAV registou 8.982 autores de crime, mais 249 face às 8.733

APESAR DE NÃO TER GABINETE NA REGIÃO, ASSOCIAÇÃO RECEBE PEDIDOS DE AJUDA

vítimas. Nas relações entre o autor do crime e a vítima, sobressaem as relações de conjugalidade: (30,7% cônjuge, 12,3% companheiro, 6,9% ex-companheiro e 5,5% ex-cônjuge) e as relações familiares (12% filhos, 7,9% pais, 1,6% irmãos e 0,6% avós directas apoiadas. Tal como no que diz respeito à vítima, também os autores de crime são maioritariamente casados (38,8%). Apenas 11,6% são solteiros. Quanto à actividade económica, 31,5% dos autores dos crimes estão empregados, 17,4% desempregados e 7% reformados. A grande maioria (82,3%) são homens. O tipo de victimização continuada (74%) sobrepõe-se significativamente face à não continuada, refere a APAV, explicando que esta situação se deve ao facto de uma “percentagem bastante elevada de casos” ocorrer em ambiente doméstico.

Presença Feminina teve 148 pedidos de ajuda

EM 2013

ANTÓNIO MACEDO FERREIRA
amferreira@dnoticias.pt

No ano passado a associação Presença Feminina registou 148 pedidos de ajuda de vítimas de violência doméstica. Os dados foram avançados à TSF pela presidente da associação, Helena Pestana diz que em 2013 houve mais pedidos de ajuda do que no ano anterior.

Destes 148 pedidos, a maior parte são de vítimas de violência entre marido e mulher, mas há também casos que envolvem jovens.

Helena Pestana diz que em 2013 praticamente não foram registados casos de queixas de violência no trabalho. Contudo, a presidente da associação Presença Feminina admite que este fenómeno social seja uma realidade ainda para mais num



contexto de desemprego elevado.

A violência no trabalho é um fenómeno social ainda sem grande expressão ao nível de queixas na associação Presença Feminina, que também no ano passado recebeu um elevado numero de pedidos de ajuda alimentar de famílias atingidas pelas consequências da crise, nomeadamente pelo desemprego.



Todas as semanas 19 crianças e jovens e 15 idosos são vítimas de crimes

Todas as semanas, 19 crianças e jovens, 15 idosos e 134 adultos são vítimas de crime em Portugal, revela o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que recebeu no ano passado 20.642 queixas.

Em 2013, a APAV apoiou 8733 vítimas directas de um crime, das quais 6985 eram pessoas adultas até aos 64 anos, 973 eram crianças e jovens e 774 eram idosos, que representam 8,9% do total das vítimas.

Segundo os dados avançados à Lusa, 82,8% das vítimas eram mulheres, com idades entre os 25 e os 54 anos, com destaque para o intervalo de idades entre os 35 e os

44 anos (14,2%). Relativamente aos menores, a faixa etária mais significativa situa-se entre os 11 e os 17 anos (5,2%).

Em termos familiares, mais de 30% das vítimas que procuraram a APAV eram casadas e 23,5% solteiras, refere o relatório, acrescentando que 43% vivem em famílias nucleares com filhos e 6,1% em famílias nucleares sem filhos. As famílias monoparentais apresentavam uma percentagem significativa, na ordem dos 13%.

Nas relações entre o autor do crime e a vítima, sobressaem as relações de conjugalidade: (30,7% cônjuge, 12,3% companheiro, 6,9% ex-

companheiro e 5,5% ex-cônjuge) e as relações familiares (12% filhos, 7,9% pais, 1,6% irmãos e 0,6% avós).

“Em traços gerais, quanto ao nível de ensino, podemos caracterizar as vítimas, entre as que detêm diplomas de ensino superior (6,9%) e as que completaram os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (ambos com 4,5%)”, adiantam os dados. Referem ainda que 29,1% das vítimas encontravam-se empregadas e 19,7% em situação de desemprego. Os reformados e os estudantes também apresentavam “percentagens relevantes”, entre os 11% e os 12%.

Na distribuição ge-

ográfica da residência da vítima, os grandes centros urbanos demonstram ser os locais mais significativamente assinalados, sendo Lisboa a cidade com maior registo (19,7% do total), seguindo-se o Porto (10,4%), Faro (8,6%), Setúbal (7,3%) e a Região Autónoma dos Açores com 6,1%. As cidades menos representativas foram Beja (0,2%), Guarda (0,3%) e Portalegre (0,3%).

A esmagadora maioria das utentes eram portuguesas (90,8%), seguindo-se os utentes oriundos do Brasil (2,8%), Angola (0,6%), Cabo Verde (0,5%), Roménia (0,5%) e a Ucrânia (0,5%).



APAV: 168 vítimas de crime por semana

Todas as semanas, em média, 19 crianças e jovens, 15 seniores e 134 adultos são vítimas de crime em Portugal, revela o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que recebeu no ano passado 20.642 queixas de crimes. Em 2013, a APAV apoiou 8.733 vítimas directas de um crime, das quais 6.985 eram pessoas adultas até aos 64 anos, 973 eram crianças e jovens e 774 eram seniores, que representam 8,9% do total das vítimas. Segundo dados ontem divulgados, 82,8% das vítimas eram mulheres, com idades entre os 25 e os 54 anos, com destaque para o intervalo de idades entre os 35 e os 44 anos (14,2%).◀



Violência

APAV apoiou 8.733 vítimas de violência doméstica em 2013

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apoiou, em 2013, 8.733 vítimas directas de um ou mais crimes e desenvolveu 11.800 processos de apoio, revela o relatório anual da instituição divulgado ontem.

Em 2012, a APAV tinha prestado “algum tipo de apoio” a cerca de 23.500 pessoas, entre vítimas directas (8.945), indirectas, seus familiares e amigos.

No ano passado, a APAV fez 37.222 atendimentos, mais 14.475 em relação ao ano anterior, com os utentes a relatarem que foram vítimas directas de 20.642 crimes, adiantam os dados avançados à agência Lusa.

Seguindo a tendência de anos anteriores, os crimes de violência doméstica representam a esmagadora maioria (84,2%) dos crimes relatados pelas vítimas à APAV.

“Considerando o vasto leque de crimes” que estão incluídos nesta categoria, a associação destaca a “percentagem significativa” que assumem os maus tratos psíquicos (36,8%) e os maus tratos físicos (26,9%), que totalizam 63,7% dos “crimes de violência doméstica em sentido estrito”.

Dos crimes de violência doméstica em “sentido lato”, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada (1,3%) foi o crime mais vezes relatado, seguindo-se os crimes de furto/roubo (0,7%) e de dano (0,6%).



ID: 52356901

14-02-2014

Vítimas de violência queixam-se menos por causa da crise

Menos queixas e mais dificuldade em ajudar: a crise está a fazer baixar o número de pedidos de apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e, por outro lado, a dificultar a resposta às vítimas. “As pessoas aparecem não só com o problema da vitimação mas com uma série de problemas relacionados, como a necessidade de casa, emprego, alimentação e saúde. E, com a crise, os técnicos têm muita mais dificuldade em responder a essas necessidades”, adiantou ao Público José Duque, da APAV.

Em 2013, esta associação apoiou menos 212 vítimas directas de crime (8.733, contra as 8.945 de 2012). É uma descida que contrasta com as conse-

cutivas subidas verificadas nos últimos anos. Por outro lado, apesar do menor número de pedidos de ajuda, foram necessários mais 14.475 episódios de atendimento para garantir o respectivo encaminhamento: 37.222 atendimentos em 2013, contra os 22.747 do ano anterior. “E os resultados são muito menos evidentes. Os técnicos têm muita mais dificuldade em conseguir emprego e mudança de casa, e às vezes de cidade, para uma vítima de violência conjugal, por exemplo”, acentuou José Duque.

Do mesmo modo, “tornou-se muito mais difícil encontrar respostas, nomeadamente num lar, para um idoso vítima de violência”. Isto porque a crise fez com que “a capacida-



APAV atendeu menos 212 vítimas directas de crime em 2013

de de resposta da sociedade diminuiu consideravelmente” em todos os campos.



"One Billion Rising"

Cidades dançam pelo fim da violência contra as mulheres

O movimento "One Billion Rising", que luta pelo fim da violência contra as mulheres, promove, hoje, em todo o mundo, uma iniciativa que vai ter palco também em Portugal, em três cidades: Lisboa, Coimbra e Covilhã.

Na capital, a dança, em género de *flashmob* começa às 18h30, na Estação Ferroviária do Rossio. Em Coimbra, a iniciativa tem início às 18h00, no Centro Comercial Solum, e, na Covilhã, há quatro momentos diferentes, na Escola EB23 de Tortosendo, na localidade de Peraboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, e na Associação de Socorros Mútuos.

Em Lisboa, a iniciativa conta com o apoio da eurodeputada Ana Gomes e de várias associações, como a de Apoio à Vítima (APAV) e a Companhia do Chapitô.

As estimativas das Nações Unidas indicam que uma em cada três mulheres é vítima de algum tipo de violência ao longo da vida, o que soma mil milhões de mulheres em todo o mundo.

Hoje, o desafio colocado é que mil milhões de pessoas (ou mais) se unam e protestem a nível global, através da dança, contra a violência que afecta as mulheres. À iniciativa aderem 169 países de todos os continentes.

A campanha "One billion rising for justice" surgiu depois de a dramaturga norte-americana e autora do livro "Os Monólogos da Vagina", Eve Ensler, ter visitado a República Democrática do Congo, país onde há uma grande incidência da violência contra as mulheres e onde estas curam as feridas através da dança.



Atual 22 de fevereiro é o Dia Europeu da Vítima

Segundo dados de 2013, existe uma maior prevalência de crimes cometidos contra o sexo feminino com idades entre os 25 e os 54 anos. Os de violência doméstica continuam a representar a esmagadora maioria.

Mulheres SÃO O PRINCIPAL

TODAS as semanas, 19 crianças e jovens, e 15 idosos são vítimas de crimes e, em grande parte dos casos, o autor do crime e a vítima tinham relações de conjugalidade ou familiares. Estes são os principais dados revelados pelo relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV –, que recebeu no ano passado cerca de 20 642 queixas. De acordo com os números avançados, o sexo feminino continua a ser o mais “castigado”, pois 82,8 por cento das vítimas eram mulheres, com idades entre os 25

e os 54 anos. Relativamente aos menores, a faixa etária mais significativa situa-se entre os 11 e os 17 anos, com cerca de 5,2 por cento. Em termos familiares, mais de 30 por cento das vítimas que procuraram a APAV eram casadas e 23,5 por cento

solteiras. De igual forma, no ano passado, a APAV registou ainda 8992 autores de crimes e, à semelhança do que acontece no segmento das vítimas, a maioria era casada, representando cerca de 38,8 por cento, ao passo que os solteiros se situaram nos 11,6 por cento. Já o tipo de vitimação continuada – 74 por cento – sobrepõe-se significativamente face à não continuada, refere a APAV, explicando que esta situação se deve ao facto de uma “percentagem bastante elevada de casos” ocorrer em ambiente doméstico. A duração da vitimação mais registada foi entre os dois e os seis anos, com 14,7 por cento,

LISBOA LIDERA VIOLÊNCIA

No que à distribuição geográfica da residência da vítima diz respeito, os dados demonstram que os grandes centros urbanos são os locais mais significativamente assinalados, sendo Lisboa a cidade com maior registo – 19,7 por cento do total –, seguindo-se o Porto – com 10,4 por cento. As cidades menos representativas foram Beja – 0,2 por cento –, Guarda e Portalegre – registando ambos 0,3 por cento.



de Crime

ALVO

mas o relatório observa que as situações com uma duração superior a 20 anos representam mais de 400 casos assinalados.

MAIS PEDIDOS LIGADOS À CRISE

Outra estatística que o relatório realça é o facto de, em 2013, a APAV ter feito 37 222 atendimentos, mais 14 475 em relação ao ano anterior, com os utentes a relatarem que foram vítimas diretas de 20 642 crimes. Por outro lado, seguindo a tendência de anos anteriores, os crimes de violência doméstica representaram a esmagadora maioria, com 84,2 por cento dos crimes relatados pelas vítimas. “Considerando

o vasto leque de crimes” que estão incluídos nesta categoria, a associação destaca a “percentagem significativa” que assume os maus-tratos psíquicos – 36,8 por cento – e os maus-tratos físicos – 26,9 por cento – que totalizam 63,7 dos “crimes de violência doméstica em sentido estrito”. Já os que são classificados como “sentido lato”, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada foi o crime mais vezes relatado, seguindo-se os crimes de furto/roubo e de dano. A APAV adianta que “o atual contexto de crise económica e social revela, a cada dia que passa, o crescente empobrecimento da população portuguesa”, sendo

que “as necessidades múltiplas de alimentação, habitação, emprego, caracterizam cada vez mais os pedidos de apoio”. Porém, apesar da grande maioria dos crimes relatados ser no âmbito da violência doméstica, a APAV realça que os crimes contra as pessoas, designadamente os que são contra a integridade física e liberdade pessoal, entre outros, somaram um total de 12,3 por cento dos crimes em 2013, e os crimes contra o património 2,1 por cento. “Os maus-tratos fora do âmbito da violência doméstica apresentam também alguma expressividade”, tendo sido relatados pelas vítimas 168 crimes desta natureza. **A**



Agência quer tratar vítimas de todas as formas de violência



Agência para a Prevenção do Trauma e da Violação dos Direitos Humanos foi formalizada ontem no CHUC

●●● Desde o momento em que abriu o jornal até ao momento em que começou a ler este artigo (imaginemos que levou um minuto a fazê-lo), nove pessoas morreram, em alguma parte do mundo, vítimas de trauma ou de violência.

É, precisamente com o intuito de estudar, investigar e prevenir de todas as situações de violência que foi ontem formalmente constituída a Agência para a Prevenção do Trauma e da Violação dos Direitos Humanos.

Desenvolvido no âmbito do Serviço de Psiquiatria do CHUC, com o apoio da administração do CHUC e envolvendo um conjunto alargado de entidades, a agência é um projeto, “inédito, pelo menos na Europa” e preocupar-se-á com todo o tipo de violência, “desde a violência familiar ou doméstica à violência sexual, da tortura ao assédio moral”, adiantou ontem António Reis Marques, diretor do Centro de Responsabilidade Integrada de Psiquiatria e Saúde Mental do CHUC e um dos dinamizadores do projeto.

Trabalho em rede e multidisciplinar

A agência tratará também casos de pessoas que foram sujeitas a eventos traumáticos de natureza diversa, como desastres naturais,

acidentes de viação ou até doenças graves.

Reis Marques lembrou que, em alguns casos, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) faz o acompanhamento no local, mas é depois necessário acompanhar o evoluir da situação.

“Se essa primeira intervenção – que é fundamental – não for seguida de acompanhamento, então acabará por ser quase nula”, afirmou. Esse acompanhamento deve, no entanto, ser feito através de uma “estratégia de trabalho em rede e multidisciplinar”.

Até porque – notou o especialista – “muitas vezes duplicam-se as ações, não há coordenação ou não há diálogo entre as instituições que trabalham nesta área”. Era, por isso, “importante potenciar este trabalho em rede”, defendeu.

Duarte Nuno Vieira no conselho científico

Na sessão, interveio, também, Duarte Nuno Vieira, ex-diretor do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), cujo nome foi proposto para presidir ao conselho científico da Agência, que se organizará em três áreas: científica/investigação, coordenação e ação.

Diana Breda, do Gabinete de Relações Internacionais do CHUC, sublinhou a necessidade de a Agên-

cia “configurar um projeto que seja candidatável” a fundos europeus, no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio, que “propicia o apoio a criação de redes”.

A sessão de ontem contou, aliás, com representantes de entidades envolvidas na agência, designadamente Martins Nunes, presidente da administração do CHUC, Manuel Machado, presidente da Associações Nacionais de Municípios Portugueses, Francisco Brízida Martins, presidente do INML, Álvaro Carvalho (Direção Geral de Saúde) e João Redondo, coordenador da Unidade de Violência Familiar, do Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicogénico do CHUC e também promotor da Agência.

De referir que a agência envolve um conjunto alargado de entidades das mais diversas áreas, desde a saúde às forças de seguranças, do ensino e da segurança social à proteção civil ou aos bombeiros, entre as quais a Amnistia Internacional, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), a Universidade de Coimbra, a Provedoria da Justiça, a Câmara Municipal de Coimbra e as ordens profissionais dos médicos, dos psicólogos, dos enfermeiros e dos advogados.

| Patrícia Cruz Almeida

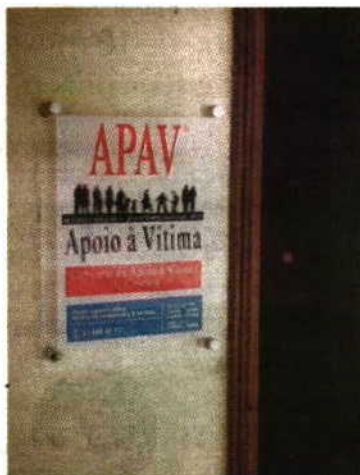
APAV quer que vítimas de crimes sejam informadas dos seus direitos

SEMINÁRIO Todas as despesas que as vítimas têm para colaborar com o processo crime devem ser pagas mas muita gente desconhece

Uma pessoa, vítima de um crime, foi chamada pelas autoridades a colaborar no inquérito mas fê-lo com dificuldades, uma vez que tem carências económicas tão graves que lhe custa pagar um simples bilhete de comboio. Essa pessoa, que também está a ser apoiada pela Associação de Apoio à Vítima (APAV), desconhecia que “tem direito a ser reembolsada de todas as despesas que tem com o processo”, lembrou Frederico Moyano Marques, da direção técnica da APAV, durante um seminário sobre “Os Direitos das Vítimas no Processo-crime”, que aconteceu ontem, em Lisboa.

O exemplo dado pelo responsável, alusivo a uma situação que tem menos de um mês, é muito comum em Portugal. O nosso país, à semelhança de outros Estados-membros, ainda está em fase de transposição da diretiva europeia que criou o estatuto da vítima de crime e seus direitos.

O dever de informar a vítima dos



Seminário foi sobre os direitos das vítimas no processo-crime

seus direitos está em Portugal atribuído ao Ministério Público mas a APAV entende que essa informação deve ser prestada pelos órgãos de polícia criminal “no primeiro contacto da vítima com uma esquadra e até antes, no local do crime”.

A vítima tem também “direito à proteção e privacidade”, lembrou. Frederico Moyano Marques contou, a este propósito, um caso recente “que não corresponde à regra” mas aconteceu. Três técnicas

de um departamento público foram injuriadas por um utente. No dia de prestar declarações na polícia, o agente convocou o arguido e as vítimas para a mesma hora na esquadra. “Houve duas técnicas que foram logo ouvidas mas a terceira ficou na sala de espera com o indivíduo, que aproveitou para a continuar a injuriar.” Até que a testemunha teve de se levantar e ir ter com o agente. “Confrontou o polícia com o desconforto de estar ao pé do indivíduo e a resposta foi: ‘E como vai fazer quando for o julgamento?’.”

Sobre a inquirição de crianças vítimas e testemunhas de crimes, a procuradora Helena Gonçalves referiu, na sua intervenção, que na sua maioria “estão a ser reservadas para os magistrados”, de forma a não haver constrangimentos para a criança. Mas, como mudou muito a forma de interpretar o discurso infantil, a magistrada admite que hoje tem “reservas em ouvir sozinha uma criança” e prefere ter “um técnico” consigo.

“A intervenção com as vítimas hoje tem de ser partilhada”, disse, sugerindo a conjugação de esforços e saberes.

RUTE COELHO



400 homens vítimas de violência doméstica

EM 2013

EM 2013, quase 400 homens pediram ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) por serem vítimas de violência conjugal. Mas a vergonha justifica que só uma ínfima parte avance

para o Ministério Público.

A APAV registou, no ano passado, 7271 vítimas de crime de violência doméstica. Deste universo, 1024 eram homens, 618 dos quais com 18 ou mais anos. "Destes 618 adultos, 381 era vítimas de violência conjugal".

Luísa Waldherr, psicóloga

clínica da APAV, afirmou à Lusa ter notado que "nos últimos anos o número de homens que pede ajuda tem aumentado, embora de um modo envergonhado".

Um estudo das investigadoras Andreia Machado e Marlene Matos, da Universidade do Minho, realizado em

2013, com 1557 homens, corrobora a percepção. O estudo mostrou que 69,7% tinham sofrido pelo menos um comportamento abusivo nos 12 meses anteriores, 76,4% sofreram pelo menos um comportamento abusivo ao longo da vida e 59,7% disseram ter sofrido agressão psicológica. No entanto, apenas 8,9% assumiram ser vítimas.

Cláudia Casimiro, investigadora na área da violência feminina, explica que a violência das mulheres é mais sub-reptícia. O homem utiliza mais a força física, a mulher a violência psicológica.



Crise afeta pedidos de apoio à APAV

VIOLÊNCIA Em Dia Europeu da Vítima do Crime, que hoje se assinala, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima alerta para o facto de existirem pessoas “que não procuram ajuda, com receio de não terem as condições económicas para sobreviver fora de um agregado familiar violento”. Em 2013, deu apoio a 8733 vítimas diretas.



400 homens queixaram-se de violência doméstica em 2013

APAV Quase 400 homens pediram ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em 2013 por serem vítimas de violência conjugal, mas a vergonha justifica que só uma ínfima parte avance com o processo para o Ministério Público.

Segundo os dados mais recentes da APAV, em 2013 registaram 7.271 vítimas de crimes de violência doméstica. Destas, 1.024 eram homens e dentro deste grupo estavam 618 homens com 18 ou mais anos.

«Destes 618 homens adultos, 381 era vítimas de violência conjugal», refere a APAV.

Luísa Waldherr, psicóloga clínica da APAV, disse à agência Lusa que a associação tem notado que nos últimos anos o número de homens que pede ajuda tem aumentado, «embora de um modo um bocadinho envergonhado».

Um estudo das investigadoras Andreia Machado e Marlene Matos, da Universidade do Minho, feito em 2013 com 1.557 homens, mostrou que 69,7% tinha sofrido pelo menos um comportamento abusivo nos 12 meses anteriores ao inquérito e 76,4% sofreu pelo menos um comportamento abusivo ao longo da

vida e 59,7% dos homens disse ter sofrido uma agressão psicológica.

Cláudia Casimiro, investigadora na área da violência feminina, defendeu que a violência que as mulheres exercem é ou pode ser a mesma que os homens, mas admitiu que «há uma espécie de tabu sobre a mulher violenta», havendo, por isso, pouca investigação nesta área.

Segundo a socióloga, a violência praticada pelas mulheres é mais sub-reptícia e é feita de forma mais gradual junto do marido ou companheiro.¶

“Pode haver um aumento de pedidos numa situação de crise”

JOANA DE BELÉM

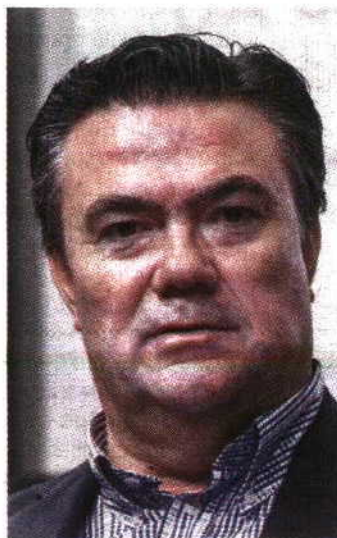
Qual tem sido a evolução dos pedidos de indemnização por parte das vítimas de crimes?

Em termos de pedidos tem aumentado ligeiramente. A lei-quadro em vigor é a transposição de uma diretiva comunitária que é muito restritiva. Só um pequeno número de vítimas têm direito a ser apoiadas. No caso da violência doméstica, apenas as mulheres em situação de grave crise económica, que não têm rendimentos. Se têm uma vida estável, não têm direito a este apoio. A lei procura apenas responder aos problemas de mulheres que não rompiam com uma situação de violência doméstica por questões económicas. Tenta criar uma almofada para que estas mulheres possam sair de casa. Por isso o número de pessoas apoiadas pode parecer diminuto quando comparado com os números da violência doméstica.

Em 2013 foram apoiadas 74 vítimas de violência doméstica. Quantas queixas houve?
O Ministério Público recebeu, através da PSP e da GNR, 27 mil queixas. Mas dou o exemplo do caso de uma mulher em Alenquer, que acabou por ser assassinada, e que se queixou 32 vezes. Ou seja, destas 27 mil queixas houve muitos casos em que se queixaram várias vezes. E na esmagadora maioria dos casos as vítimas trabalham, têm emprego, não precisam de ser ajudadas pelo Estado para sobreviver. Mesmo assim, os números têm aumentado de ano para ano.

A que pode dever-se esse aumento?

Atribuo esse aumento a dois pontos: porque a violência doméstica passou a ser mais di-



CARLOS ANJOS

Presidente da Comissão de
Proteção às Vítimas de Crime
(CPVC)

“

Números têm aumentado ligeiramente ao longo dos anos. A lei-quadro é transposta de uma diretiva comunitária e só um pequeno número de vítimas têm direito a ser apoiadas”

vulgada pela comunicação social. Mulheres que antes eram agredidas e não faziam nada passaram a fazer. Além disso, a comissão [de Proteção às Vítimas de Crime] foi criada em 1992 e tinha pouca visibilidade e não se recorria ao que não se sabe que existe. No próximo ano pode voltar a acontecer algum aumento se houver uma situação de crise económica que leva mais pessoas para o desemprego mas não creio que os números aumentem exponencialmente.

E no que toca aos crimes violentos?

A compensação só acontece se a pessoa que cometeu o crime não tiver dinheiro para indemnizar a vítima. A obrigatoriedade de apoiar não é do Estado mas dos criminosos. Mas, por exemplo, as polícias ficam todas de fora porque têm seguros de vida, assim como os seguranças e quem faz transportes de valores. Notamos que a criminalidade violenta está a descer e por isso não é previsível que tenhamos muitos mais pedidos.

As vítimas sabem que têm este direito?

Sim. O próprio Ministério Público é uma das entidades que têm essa responsabilidade, tem-no feito essencialmente nos casos de menores. Mas o pedido pode ser feito pela própria vítima, advogados e instituições de apoio à vítima. O requerimento é bastante simples, mais ainda na violência doméstica, em que basta uma cópia da queixa, da participação.

Ou seja, não haverá casos em que o desconhecimento impede a sua concessão?

O âmbito de quem pode e apoia a vítima é hoje de tal forma largo que tenho muitas dúvidas de que isso aconteça.



Os alvos de crime violento levaram a maior parte deste apoio

BEJA

Sexagenário suspeito de matar a mulher

Um homem de 62 anos é suspeito de ter matado ontem a mulher, de 54, em Ferreira do Alentejo, distrito de Beja, com uma arma de fogo, e terá tentado suicidar-se, ficando gravemente ferido, segundo fonte dos bombeiros e da GNR. O alegado homicídio e a tentativa de suicídio ocorreram cerca das 16.30 e o suspeito foi transportado de helicóptero para o Hospital de São José, em Lisboa. A PJ está a investigar.

Mais de um milhão de euros para vítimas de crime

Indemnizações. Comissão de Proteção apoiou 137 pessoas no ano passado. Compensação privilegia filhos de mulheres assassinadas

CÉU NEVES

A Comissão de Proteção às Vítimas de Crime (CPVC) apoiou no ano passado 137 pessoas, o que se traduziu em mais de um milhão de euros em indemnizações. As vítimas de crime violento levam a maior fatia, o que é explicado pelo tipo de crime e pelos afetados: filhos das mulheres assassinadas cujos pais cometeram suicídio ou foram condenados.

O Estado português, por intermédio da CPVC, apoiou 74 vítimas de crime de violência doméstica e 63 vítimas de crime violento em 2013. A comissão, que passou a separar os delitos de violência doméstica do conjunto dos crimes violentos, atribuiu uma compensação média de 14 mil euros a cada uma das vítimas de crime violento, fixando-se as restantes num valor médio de 2400, o que representa uma média de 400 euros por mês e por um período de seis meses. No total, foram atribuídos 1 115 600 euros.

“Os montantes atribuídos variam de processo para processo,

uma vez que têm a ver com a situação económica, social e patrimonial de cada vítima em concreto”, explica Carlos Anjos, presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crime. Sublinha que “não existe um apoio modelo para estes casos [...] Não podemos esquecer que este é um apoio social, atribuído na sua génese numa questão de solidariedade social e não numa questão de assunção de qualquer tipo de responsabilidade civil por parte do Estado”, que deve ser imputada ao autor do crime.

Por “crime violento” entende-se aqueles contra a vida, a liberdade e a autodeterminação sexual e que estão sujeitos a pena de prisão igual ou superior a cinco anos de prisão. Neste âmbito, foram apoiadas maioritariamente as vítimas de “homicídios, homicídios tentados e ofensas à integridade física grave. Destes, ressaltam os filhos de vítimas de violência doméstica, cujas mães foram assassinadas e os pais ou suicidaram-se [...] ou foram detidos e condenados a pesadas penas de prisão”, esclarece o gabinete do Ministério da Justiça. Em

2013 entraram na CPVC 257 processos, dos quais 135 são relativos à violência doméstica e 122 às vítimas de crime violento.

O pedido de indemnização deve ser apresentado pela vítima, pelo Ministério Público ou por uma estrutura que atue na área de apoio à vítima e só depois do processo-crime ter transitado em julgado, de a sentença ter sido executada e o agressor não dispor de bens.

Carlos Anjos garante que os pedidos demoram entre três a seis meses a decidir. “Mas se, como acontece muitas vezes, o pedido é feito pouco depois da ocorrência do crime, o processo fica pendente até às fases atrás referidas e nesses casos pode demorar o tempo necessários até à sua conclusão, que pode ser de alguns anos”, esclarece.

Em 2013, entraram na Comissão de Proteção às Vítimas de Crime 135 novos processos de violência doméstica e 122 novos processos relativos a vítimas de crimes violentos, num total de 257 novos processos.

Ontem, assinalou-se o Dia Europeu da Vítima de Crime.

Mais homens pediram ajuda à APAV

VIOLÊNCIA Quase 400 homens pediram ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em 2013 por serem vítimas de violência conjugal, mas a vergonha justifica que só uma ínfima parte avance com o processo para o Ministério Público.

Segundo os dados mais recentes da APAV, em 2013 registaram 7271 vítimas de crimes de violência doméstica. Destas, 1024 eram ho-

mens e dentro deste grupo estavam 618 homens com 18 ou mais anos. “Destes 618 homens adultos, 381 era vítimas de violência conjugal”, refere a APAV.

Em declarações à Lusa, Luísa Waldherr, psicóloga clínica da APAV, frisa que a associação tem notado que nos últimos anos o número de homens que pedem ajuda tem aumentado, “embora de um modo um bocadinho envergonhado”.

Um estudo das investigadoras Andreia Machado e Marlene Matos, da Universidade do Minho, feito em 2013 com 1557 homens, mostrou que 69,7% tinham sofrido pelo menos um comportamento abusivo nos 12 meses anteriores ao inquérito e 76,4% sofreram pelo menos um comportamento abusivo ao longo da vida e 59,7% dos homens disseram ter sofrido uma agressão psicológica.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ■ ESTADO DEU UM MILHÃO DE EUROS EM 2013



A maioria das vítimas de violência doméstica são mulheres, mas os homens estão a queixar-se mais

Pediram ajuda 40 vítimas de crime

■ Este ano solicitaram apoio 18 pessoas por crimes violentos e 22 por violência conjugal

● MAGALI PINTO

O mês de fevereiro ainda não terminou e a Comissão de Proteção de Vítimas de Crime já chegaram 40 pedidos de ajuda – 18 processos de vítimas de crimes violentos e 22 pedidos de vítimas de violência doméstica. “Trata-se de um aumento de cerca de 20% em relação a janeiro e fevereiro do ano passado”, refere Carlos Anjos, presidente da comissão.

Em 2013, a organização apoiou 74 vítimas de violência doméstica e 63 de crimes violentos – ao todo foram 137 as pessoas ajudadas pelo Estado. Foi pago mais de um milhão de euros em indemnizações. As vítimas recebem um subsídio que ronda os 400 euros durante seis meses. Em 2012, foram gastos apenas 95 mil euros em indemnizações. Entre os crimes violentos predominam homicídios qualificados, tentativas de homicídio e ofensas à integridade física graves.

No ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 7271 vítimas de crimes de violência doméstica –

381 homens apresentaram queixa por violência doméstica

381 das quais são homens, vítimas de violência conjugal. A realidade demonstra que a vergonha impede muitos homens de avançar com processos para o Ministério Público. Outros 237 homens foram vítimas de violência doméstica, mas por outros membros da família – pais ou filhos. Ontem assinalou-se o Dia Europeu da Vítima de Crime. ■

DISCURSO DIRETO

CARLOS ANJOS, pres. Comissão Apoio Vítimas

“Filhos de vítimas mortas apoiados”

Correio da Manhã – Que pessoas é que recebem os apoios da comissão?

Carlos Anjos – Estamos a falar de vítimas diretas de crimes violentos como por exemplo os filhos de vítimas que são mortas e que depois os pais vão presos. Têm de ser apoiadas.

– Em média quanto tempo demora a entrega dos apoios?

– Desde que a vítima pede ajuda, se for aprovada pelo Estado, a entrega dos apoios demora



entre quinze dias e um mês.

– Há mais vítimas?

– Em 2013, relativamente a 2012, houve mais vítimas e entregámos também mais dinheiro devido a carência económica. ■

APAV

Vergonha na hora de pedir auxílio

→ *No ano passado, foram registados 1024 casos de violência doméstica sobre homens*

Os últimos dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) indicam que, em 2013, 7271 pessoas foram vítimas de violência doméstica. Destas, 1024 eram homens e, dentro deste grupo, havia 618 homens com 18 ou mais anos. Além disso, cerca de 400 pediram ajuda à APAV, número que tem aumentado «embora de um modo um bocadinho envergonhado», disse a Lusa, a investigadora, Luisa Waldherr.

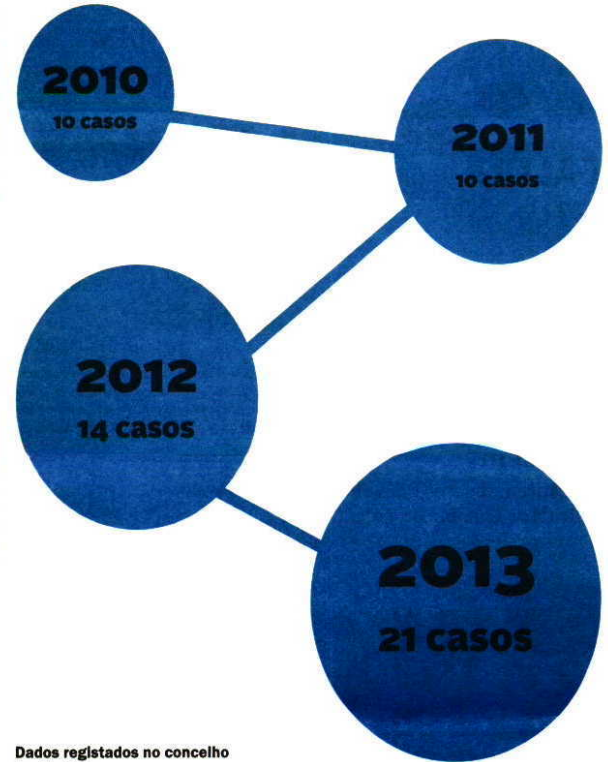
MAIS HOMENS PEDEM AJUDA, MAS VERGONHA IMPEDE QUEIXA POR VIOLÊNCIA

Quase 400 homens pediram ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em 2013 por serem vítimas de violência conjugal, mas a vergonha justifica que só uma ínfima parte avance com o processo para o Ministério Público.

Violência Doméstica. Casos registados na região aumentam de ano para ano



O Externato Cooperativo da Benedita realizou na passada sexta-feira, dia 14 de fevereiro, realizou um flash mob pelo fim da violência contra as mulheres, aderindo ao movimento internacional One Billion Rising



Dados registados no concelho de Alcobaca

O Dia Europeu da Vítima de Crime assinala-se a 22 de fevereiro. A violência doméstica continua a fazer vítimas na região: um homem alegadamente regou a mulher com gasolina na Nazaré. Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a crise leva a um maior número de casos. Também no concelho de Alcobaca, o número registado destas situações tem vindo a aumentar. Denunciar é preciso.

// SARA SUSANO

Tinha 29 anos. Ana, nome fictício, residente no concelho, foi baleada e ficou tetraplégica. O disparo veio pela mão do marido, pelo facto de a mulher se ter revoltado com a sua traição. O homem foi preso e, cumprida a pena, já está em liberdade, encontrando-se com a guarda dos filhos, fruto da relação. Mas a mulher continua «presa». Para sempre.

Nelson Matos, comandante do posto da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Alcobaca, acredita que o número de casos de violência doméstica registados tem vindo a aumentar porque "agora, também se fala mais nisto" e as pessoas através de meios como a internet e as redes sociais "têm mais conhecimento das

coisas". No entanto, os números apresentados apenas dizem respeito aos casos denunciados. Há inúmeros casos a acontecer ainda na sombra. No relatório do ano de 2013 publicado pela APAV, 74 por cento das situações de violência são continuadas e a maioria acontece entre o casal sem que os que os rodeiam se apercebam. Dos 21 casos registados em Alcobaca em 2013, apenas um é de violência contra um indivíduo do sexo masculino. Segundo João Mota, psicólogo da Câmara Municipal de Alcobaca, "os homens não dizem que são vítimas de violência doméstica porque ainda têm preconceito".

Deixar-se controlar

Maria, nome fictício, tinha 15 anos de idade quando começou a namorar pela primeira vez. "Ele era mais velho, com carta e

mais experiência de vida", conta; era o seu "primeiro amor". Nos primeiros anos tudo correu bem até que, um dia, o namorado confrontou Maria por vê-la a falar com um amigo. As coisas só foram piorando e Maria assume nunca ter tido a coragem de terminar a relação, com medo do que os pais pudessem pensar. "Ele perante o meu pai estava sempre muito bem visto", diz. Mais tarde, ele agrediu um amigo de Maria e aí começaram as ameaças. "Fazia muito jogo psicológico comigo e dizia que, se eu o deixasse, a minha vida passaria a ser um inferno". A relação durou três anos e meio até Maria lhe ter colocado um ponto final. "Ele, naquele dia, pareceu entender a situação mas frisou que não ia desistir de mim". Mais tarde, cansada de se ver perseguida, Maria disse-lhe que tinha

outra pessoa. "Foi o pior que fiz"; a perseguição cresceu e, num dia em que Maria ia a pé para o trabalho, como sempre fazia, António estava à espera dela na rua. Se não fosse um senhor que passou e a defendeu, Maria considera que "tinha levado ali uma tarefa daquelas mesmo grandes". Maria contou então ao pai o que estava a acontecer que confrontou o antigo namorado da filha, o que fez com que a situação acalmasse. Mas não terminaram. Maria "sabe" que António continua a segui-la e a saber os seus passos. Hoje a jovem considera que "cresceu" ao ter terminado a relação e aconselha que ninguém se deixe controlar por outra pessoa.

Deixar-se libertar

Joana, nome fictício, também se viu perseguida depois de termi-

nar uma relação. A diferença é que Joana e Guilherme chegaram a viver juntos. "A partir do momento que fomos viver juntos, o controlo era constante e ele nem sequer a minha família me deixava ir ver", conta Joana que chegou a ir visitar a família "às escondidas". Joana demorou menos tempo a terminar a relação e neste momento Guilherme não está por perto. Mas o medo que Joana sente é "constante" porque sente que este continua a controlá-la e teme o que ele venha a fazer.

Os casos de violência no casamento são mais comuns e mais ocultos. Joana, já não vive com o seu agressor. Foram anos de violência. "Foi muito complicado", recorda. A coragem de se separar chegou quando o marido "se começou a virar para os filhos; aí eu disse já chega".

Crime. A violência levada ao extremo

No passado dia 4 de fevereiro, na Nazaré, um homem foi detido por ter alegadamente regado a ex-mulher com combustível e ateado fogo. Segundo fonte dos Bombeiros

Voluntários da Nazaré, a vítima foi levada para o Hospital de Coimbra e, a partir daí, não conseguiram obter mais informações sobre o seu estado atual. Outra fonte da mesma

corporação, disse a'O ALCOA que o "agressor já teria tentado fazer algo semelhante à ex-mulher". Este é o tipo de casos que foge à ação de apoio de entidades como a PSP

e o Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (GAVVD), que funciona em Alcobaca. A PSP e o Centro de Atendimento a Jovens (CAJ) que, assim como o GAVVD,

faz parte da resposta social do município de Alcobaca, tendo estas entidades realizado ações de sensibilização também sobre este tema em escolas do concelho.

**C** Zoom // Crime

Violência conjugal. Até quando dura um amor doente?

Por detrás dos números da violência doméstica estão os testemunhos das mulheres que levaram os maridos a tribunal

KÁTIA CATULO
katia.catulo@ionline.pt

No ano passado, 7271 mulheres foram vítimas de violência conjugal – mais 1138 casos que em 2012. Números são números. Todas as semanas há pelo menos cinco ou seis a chegar aos tribunais. Lurdes, Rosa, Vitória e Margarida (nomes fictícios) deixaram de ser números em Janeiro e Fevereiro. Os seus testemunhos e os dos agressores estiveram na origem de sentenças que provam que um número nunca é só um número. Aníbal ouviu a condenação contrariado: dois anos e quatro meses de prisão. A pena fica suspensa se frequentar sessões de terapia para se curar do vício da bebida. Tem de mostrar ainda empenho em procurar trabalho.

O que fez é tão grave? – perguntou ao juiz. Afinal, todos os casais têm problemas. E as mulheres são dramáticas. Dizem que se querem matar, mas neste caso, ninguém consegue provar que a culpa foi dele. Nunca lhe bateu. Nunca. O seu único pecado foi deixar-se consumir pela bebida. Lá porque um juiz diz agora que o seu comportamento foi um “massacre

psicológico” sobre a mulher, isso não faz dele um criminoso. Alcoolismo, que se saiba, não é crime. Podem vir agora com argumentos da treta, que não o convencem: “A soma das suas pequenas acções desembocaram num crime de violência doméstica, nomeadamente em maus-tratos psíquicos”, diz o acórdão da Relação de Évora. Conversa de psicólogos. Onde está esse massacre, se não há nós ou cicatrizes para mostrar?

Aníbal está casado com Vitória há 30 anos. Nem se lembra quando passou a beber todos os dias, várias vezes ao dia. Se calhar foi há uns dez anos. Ou há mais tempo. Sempre que está bêbado começa a ladainha. A filha não é dele, a mulher tem um amante e pode ir ter com ele, é igual ao litro. Se ela está a dormir, liga o televisor, no volume máximo, bate com as portas e pragueja. Se Vitória sai de casa bem arranjada, arranja-se para quem? Para ele é que não é.

Foram uns oito ou nove anos a moer-lhe a paciência. Até julgar que a solução para um casamento sem solução está num boião de comprimidos. O marido apanhou-a na casa de banho. Parecia um zombie com



Em 2013, 7271 mulheres foram vítimas de violência conjugal, mais 1138 casos que no ano anterior

ROBERT ESSEL/CORBIS

de estar atenta. Não é a primeira vez que tenta proteger a mãe. Numa noite, há quase 15 anos, Artur deixou a mulher nua no meio da rua. Carina esperou o pai adormecer e abriu a janela do quarto para dormirem às escondidas na cama dela. Houve uma outra vez que nada conseguiu fazer. Artur agarrou na mulher, despiu-lhe a bata, tirou-lhe o soutien, pegou em duas facas de cozinha e apontou as lâminas aos mamilos: vou cortar o teu peito para não teres prazer com homem nenhum. Empurrou-a para o chão, e saiu outra vez.

Lurdes está proibida de sair sem ser com a filha. Artur chegou a casa e ambas tinham saído. Carina entrou logo a seguir. Onde é que estiveste? E onde anda a tua mãe? Agarrou-a pelo braço e enfiou-a no carro. Foram para Moncarapacho. É ali que vive o suposto amante, mas ninguém abriu a porta. Regressaram com o pai sempre a rugir. Lurdes já estava na cozinha e assim que o marido a viu pregou-lhe um estalo e puxou-lhes os cabelos. Desde o início dos anos 90 que Artur vigia todos os movimentos da mulher, desconfiado de que há homens atrás dela. Mas a partir de 2009, o casamento mergulhou em mais uma fase negra. Artur tem cada vez mais dificuldade em ter sexo com mulher. Problemas de erecção. Sempre que as coisas não correm bem, insulta a mulher. Lurdes é a vaca, a ordinária e a puta que não sabe satisfazer um homem e, por isso, condenada a engolir o pénis do marido até ele conseguir sentir-se homem.

Na noite 9 de Abril de 2012, olhou para marido a dormir e viu a oportunidade. Saiu de casa em pijama. Apanharam-na na estrada e levaram-na para uma pensão de Coimbra onde ficou hospedada 15 dias. Transferiram-na depois para a psiquiatria de um hospital do Algarve. Tão cedo não volta a casa, mas por fim, arranjou coragem para denunciar os maus-tratos do marido. Nunca tinha feito uma **queixa à GNR**, os vizinhos nunca notaram nada, os sobrinhos também não, nem sequer a irmã ou a prima.

O tribunal de Olhão condenou Artur a dois anos e dois meses de prisão com pena suspensa mediante seguintes condições: indemnizar à mulher 3300 euros, frequentar sessões de terapia, manter-se afastado de Lurdes, não podendo comunicar seja por que meio for. Lurdes recorreu. Quer que Artur use pulseira electrónica. Seria o mínimo para quem já lhe fez tantas ameaças. O tribunal não lhe deu razão porque o marido se mostrou arrependido.

UMA VEZ É SUFICIENTE? Olegário e Margarida tiveram um casamento sem sobresaltos durante seis anos. Pelo menos era



17,4% dos agressores são desempregados
Os números do relatório da Associação de Apoio à Vítima (APAV) indicam que 17,4% dos agressores estão desempregados (1565 casos) e 7% estão reformados. Há ainda 31,5% dos agressores empregados



44% das vítimas não apresentaram queixa
As estatísticas da APAV mostram ainda que quase metade das vítimas (44%) que recorrem à associação admitem não ter apresentado queixa às autoridades



419 vítimas suportaram agressões mais de 20 anos

A APAV detectou 419 casos de vítimas que suportaram agressões durante mais de 20 anos. Segundo relatório anual de 2013, 10% do total das vítimas que recorreram à associação aguentaram situações de violência mais de 12 anos. A maioria dos crimes reportados (74%) foram, aliás, considerados continuados

isso que o marido pensava até, no Verão de 2011, a mulher anunciar que queria o divórcio. Como Olegário estava **desempregado**, acordaram partilhar casa até os tempos melhorarem. Um ano se passou e está tudo na mesma. A viver às custas de uma mulher que já não o quer. Nunca lhe disse que se sentia humilhado. Quando explodiu de fúria na noite de 28 Junho de 2012, foi total a surpresa para Margarida. Deu-lhe bofetadas sucessivas até lhe partir o nariz, impedindo-a de trabalhar quase um mês.

Olegário sempre foi visto como "pessoa respeitadora e pacífica" entre a vizinhança. Usou essa reputação em tribunal e disse ao juiz que até então nunca encostara um dedo na mulher. Será uma única vez suficiente para ser condenado? Uma vez é o suficiente, confirmou a Relação de Coimbra.

CORTO-TE ÀS POSTAS Rosa viveu **31 anos casada** com Mário até pedir o divórcio. O que é que lhe deu agora? "Não penses que vou sair de casa, porque não saio e corto-te às postas." A partir desse dia perseguiu-a e ameaçou-a de morte. Rosa manteve-se firme na decisão. Atrás do balcão viu o marido entrar na loja e tirar um cutelo de talho de uma bolsa preta. "Eu não disse que te matava?", avisou, antes de lhe dar três golpes na cabeça. A mulher agachou-se e tentou gatinhar até à porta, mas Mário apanhou-a pelo pescoço. Mais três golpes – um na cabeça, outro no ombro direito e o último na mão direita. As investidas continuariam não fosse o cutelo escorregar-lhe da mão. A mulher aproveitou para fugir. Lisete puxou-a pelo braço. Correram para a loja ao lado e trancaram a porta. Veio a polícia e a ambulância do INEM.

Rosa foi para o hospital e o marido também. Mário preferiu matar-se com o mesmo cutelo a ir preso, mas não conseguiu. O estado de Rosa é crítico. Politraumatismo grave: três feridas abertas na região parietal direita com 3 a 6 centímetros, entre outras feridas suturadas. Parece uma mulher de um cartaz a denunciar a violência doméstica. Só o gesto de escovar o cabelo provoca-lhe dores de cabeça.

Rosa, que nunca precisou de uma aspirina, não vive agora sem comprimidos para a depressão e stress pós-traumático. Ela que trabalhava a tempo inteiro na loja de óptica, mais duas horas no hipermercado e ainda umas horas extra nas limpezas, ganhando 915 euros com os três empregos, não consegue trabalhar. Está de baixa e tão cedo não regressa a casa. Passa a vida nos médicos e em exames. Mário foi condenado a 9 anos e 6 meses de cadeia por tentativa de homicídio qualificado.

os olhos revirados. Ficou internada e, ao fim de um mês, os médicos mandaram-na para casa. Saiu do hospital e no caminho convenceu-se de que as coisas iam mudar. O marido ficou tão assustado quando a viu no chão da casa de banho. Nas visitas até parecia arrependido. Enfiou a chave na porta e entrou em casa. Encontrou-o bêbado que nem um cacho.

Quando não está alcoolizado até é um homem normal. Capaz de jantar à mesa com a mulher e comentar as notícias da televisão. Só que os momentos sóbrios são cada vez mais raros. Está bêbado de manhã à noite. Sempre a implicar com a mulher. Como se fosse a única culpada de tudo. Isoladamente, os comportamentos dele nunca fariam tantos estragos, disse o Ministério Público. Mas repetiram-se dia após dia, até Vitória se dar conta que andava há mais de uma década nesta vida estúpida. Tem de acabar.

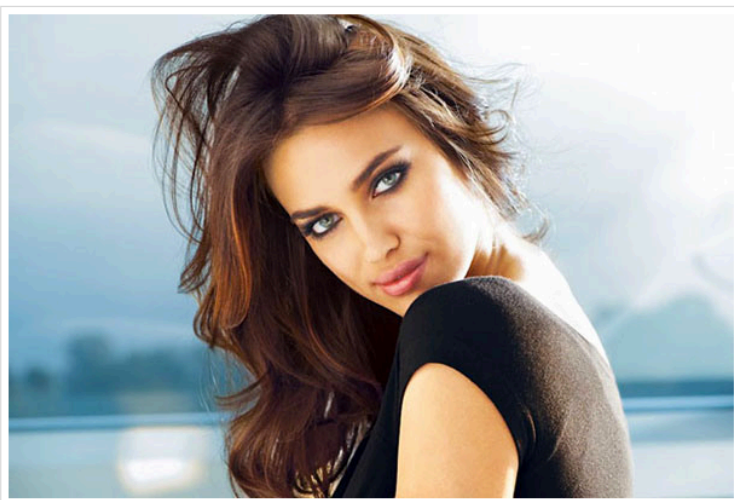
"VOU MATAR-TE!" Lurdes ficou paralisada com a arma apontada à cabeça. "Vou matar-te à frente da tua filha para veres como sofro por me teres traído." A filha pôs-se no meio. O pai desistiu, mas Carina tem

Irina Shayk junta-se à AVON no Dia Internacional da Mulher

Written by: **Ricardo Durand**

Mais artigos de **Ricardo Durand** »

Tags: **a Campanha Global contra a Violência Doméstica, APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, avon, Chega de Silêncio, cosmética, dia da mulher, direitos das mulheres, Embaixadora de Beleza AVON, Irina shayk, moda, Pulseira Empowerment, violência doméstica**



Irina Shayk, Embaixadora de Beleza AVON, junta-se à AVON na sua Campanha Global contra a Violência Doméstica e lança o desafio: Chega de Silêncio. O apoio da AVON a causas próximas do bem estar das mulheres sempre fez parte da estrutura da marca, que desde 2009 apoia a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) através da venda de produtos cujas receitas revertem a 100% para esta causa. Este ano é a Pulseira Empowerment que merece destaque.

Ao todo, a AVON conseguiu angariar cerca de 67 mil euros para a APAV entre 2009 e 2013. Esta Campanha Global Contra a Violência Doméstica é levada a cabo pela AVON em todos os países onde se encontra e passa também pelo apoio a programas de consciencialização e educação.

De realçar que de um total de 8733 casos acompanhados pela APAV em 2013, 76,9% destas vítimas eram mulheres, o que representa cerca de 129 mulheres vítimas por semana. A categoria dos crimes de violência doméstica representa 84,2% do total de crimes relatados pelas vítimas à APAV em 2013.



«Comprar a Pulseira Empowerment é um gesto simples, mas poderoso, para angariar fundos na luta contra a Violência Doméstica. Mundialmente, 1 em cada 3 mulheres será vítima de violência ao longo da sua vida. Faça a diferença contribuindo para esta causa! Pode usar a Pulseira Empowerment como símbolo de apoio ou oferecê-la, estando assim a ajudar a angariar fundos para apoiar as vítimas de violência doméstica», incentiva Irina Shayk.

Irina Shayk junta-se a marca de cosméticos no Dia Internacional da Mulher

A modelo russa, que é embaixadora de beleza AVON, junta-se à marca de cosméticos na sua Campanha Global contra a Violência Doméstica.

25 Fevereiro 2014 às 17:07



D.R.



O apoio da AVON a causas próximas do bem-estar das mulheres sempre fez parte da estrutura da marca, que desde 2009 apoia a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) através da venda de produtos cujas receitas revertem a 100% para esta causa. Este ano é a Pulseira Empowerment que merece destaque.

Ao todo, a AVON conseguiu angariar cerca de 67.000€ para a APAV entre 2009 e 2013. Esta Campanha Global Contra a Violência Doméstica é levada a cabo pela AVON em todos os países onde se encontra e passa também pelo apoio a programas de consciencialização e educação.

De realçar que de um total de 8.733 casos acompanhados pela APAV em 2013, 76,9% destas vítimas eram mulheres, o que representa cerca de 129 mulheres vítimas por semana. A categoria dos crimes de violência doméstica representa 84,2% do total de crimes relatados pelas vítimas à APAV em 2013.


"Comprar a Pulseira Empowerment é um gesto simples, mas poderoso, para angariar fundos na luta contra a Violência Doméstica. Mundialmente, 1 em cada 3 mulheres será vítima de violência ao longo da sua vida. Faça a diferença contribuindo para esta causa! Pode usar a Pulseira Empowerment como símbolo de apoio ou oferecê-la, estando assim a ajudar a angariar fundos para apoiar as vítimas de violência doméstica.", incentiva Irina Shayk.


"Nós somos apelidados de 'Companhia para as Mulheres' precisamente pela nossa preocupação com estas causas. Sabemos que o desemprego e as dificuldades financeiras criam um ambiente propício à violência. Queremos que o mundo seja cada vez mais seguro para todas as mulheres e por isso continuamos ao lado da APAV neste tipo de iniciativas", refere Adriana Giurissa, Presidente da AVON Portugal.


 

A- A A+


3

 Tweet

 14

 Like

0

 +1



Homenagem nos 30 anos da morte

ARY DOS SANTOS

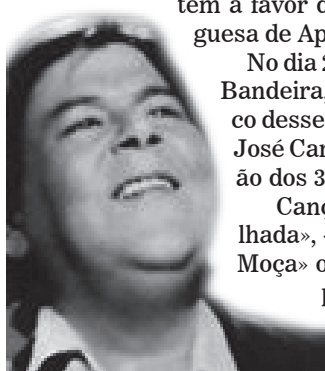
POETA

No dia 22 deste mês o Teatro Sá da Bandeira, em Santarém, vai ser palco do espetáculo de homenagem ao poeta José Carlos Ary dos Santos, assinalando 30 anos do seu desaparecimento. As receitas deste espetáculo, em que Quim Zé Lourenço interpretará canções do poeta, revertem a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).



Homenagem a José Carlos Ary dos Santos em Santarém

Em homenagem a José Carlos Ary dos Santos, Quim Zé Lourenço interpreta as mais emblemáticas canções escritas pelo poeta, num espetáculo cujas receitas revertem a favor da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.



No dia 22 de fevereiro o Teatro Sá da Bandeira, em Santarém, vai ser o palco desse espetáculo de homenagem a José Carlos Ary dos Santos, por ocasião dos 30 anos da sua morte.

Canções históricas como «Desfolhada», «Tourada», «Lisboa Menina e Moça» ou «Os Putos», popularizadas pelas mais célebres vozes portuguesas, serão agora tocadas e cantadas de forma inovadora, sofisticada e con-

temporânea por Quim Zé Lourenço. São ao todo 18 clássicos da música ligeira portuguesa, rearranjados com recurso a diferentes linguagens, géneros e estéticas musicais.

Bilhetes à venda no Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém ou no Teatro Sá da Bandeira no dia do espetáculo.



Tributo a Ary dos Santos, em Santarém

“Ary, O Poeta das Canções”, é o nome do espectáculo de tributo a José Carlos Ary dos Santos, que decorre no Teatro Sá da Bandeira, em Santarém, no dia 22. Em homenagem a José Carlos Ary dos Santos, Quim Zé Lourenço interpreta as mais emblemáticas canções escritas pelo poeta, num espectáculo cujas receitas revertem a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Canções históricas como “Desfolhada”, “Tourada”, “Lisboa Menina e Moça”

ou “Os Putos”, popularizadas pelas mais célebres vozes portuguesas, “serão agora tocadas e cantadas de forma inovadora, sofisticada e contemporânea por Quim Zé Lourenço”. Ao todo, são 18 clássicos da música ligeira portuguesa, com novos arranjos. O espectáculo ocorre por ocasião dos 30 anos da morte de Ary. Os bilhetes à venda no Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém da APAV ou no Teatro Sá da Bandeira no dia do Espectáculo. ■



Santarém recorda Ary e ajuda APAV



O Teatro Sá da Bandeira em Santarém recebe, dia 22 de Fevereiro, a digressão nacional do espectáculo que assinala 75 anos do Poeta José Carlos Ary dos Santos, quando se completam 30 anos do seu desaparecimento físico e quatro décadas da Revolução de Abril.

São 18 Canções Clássicas da Música Ligeira Portuguesa - Desfolhada Portuguesa, Canção de Madrugada, Cavalo à Solta, Tourada, Estrela da Tarde, Um Homem na Cidade, O Cacilheiro, O Homem das Castanhas, Lisboa Menina e Moça, Os Putos, Tango Ribeirinho, Retalhos da Vida de um

Médico, entre tantas outras - rearranjadas com recurso à música clássica e contemporânea, ao jazz, ao novo fado, à world music e ao novo teatro musical num esforço de inovação e contemporaneidade.

O resultado tem merecido o aplauso de público e crítica. E é extraordinária a actualidade de uma Obra escrita há mais de 40 anos.

Prestam o tributo a Ary dos Santos QuimZé Lourenço, voz (ex-cantor e actor da Broadway e West End), João Guerra Madeira, piano (compositor de bandas sonoras e arranjador), Nanã Sousa Dias,

saxofones e flauta (solista, compositor e produtor, 35 anos de carreira), Pedro Amendoeira, guitarra Portuguesa (concertista, fado e World Music), Catarina Gonçalves, bailarina (Escola Superior de Dança de Lisboa).

As receitas do espectáculo revertem a favor da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) - Gabinete de Santarém - e os bilhetes podem ser adquiridos no Edifício da antiga Escola Prática de Cavalaria.

Reservas pelos telefones 243 356 505 / 934 521 410 ou para o email: info@quimzelourenco.com.



Veja entrevista completa em vídeo em www.ribatejo.pt

Santarém Canções de Ary dos Santos em concerto solidário

O cantor QuimZé Lourenço traz a Santarém um concerto baseado em 18 canções de Ary dos Santos. As receitas vão reverter totalmente a favor da APAV de Santarém.

ENTREVISTA QuimZé Lourenço é um cantor da Chamusca mas que, há alguns anos, diz ter aprendido na Broadway e no West End como se pode produzir um bom espetáculo. Regressado a Portugal, em 2009, arriscou pôr na estrada um espetáculo baseado em canções com poemas de Ary dos Santos. Desde há quase cinco anos que este espetáculo tem percorrido várias salas do País, mas apenas esteve por duas vezes na região. À terceira é de vez: o cantor traz o espetáculo à capital do Ribatejo, a Santarém, no próximo dia 22 de fevereiro, no Teatro Sá da Bandeira. Este concerto é uma oportunidade para ouvir temas como "Desfolhada Portuguesa", "Cavalo à Solta", "Tourada", "Estrela da Tarde", "Um Homem na Cidade", "Lisboa Menina e Moça", "Os Putos", entre tantas outras.

Além de ouvir boa música, se for ao concerto vai estar a contribuir para ajudar a APAV de Santarém, que presta apoio a vítimas na região. A receita do concerto reverte toda a favor desta instituição.

Como surgiu este espetáculo?

Depois de uma experiência no estrangeiro, voltei para Portugal com a intenção de pegar naquilo que é a nossa identidade, nos nossos autores, e fazer disso objetos de arte, com música, teatro, dança e multimédia. Acho que temos muito valor, mas somos o

povo com menor autoestima do mundo. Abrimos os braços a quem vem lá de fora e, na maioria das vezes, esquecemos o que é nosso. E o que é nosso tem qualidade, aqui e lá fora. O primeiro autor em que resolvi pegar foi no Ary dos Santos, que foi um caso raro no mundo. É um poeta que tem várias canções musicadas e que toda a gente conhece. Normalmente, o lugar dos poetas é nas estantes, esquecidos, empoeirados. O extraordinário é que este poeta conseguiu andar na boca de toda a gente. E falamos disto num País que, há 40 anos, era um País de analfabetos. Um povo com a sua cultura é certo, mas era um povo iletrado, com índices de iliteracia e de analfabetismo, duas coisas distintas, muito grandes. É extraordinário que um poeta conseguisse fazer com que gente iletrada andasse a tomar banho ou a lavar a loiça a cantar "corpo de linho, lábios de mosto, quem faz um filho fá-lo por gosto". O quotidiano inspirou-o e escreveu sobre ele, de forma sofisticada, conseguindo comunicar e fazer com que gente iletrada percebesse o que ele tinha escrito. Acho que estamos perante uma raridade, perante um milagre, no mundo todo. Percebeu também que chegaria muito melhor às pessoas se fosse cantado. Depois teve sorte, porque teve uma geração de compositores que conseguiu musicar os seus poemas.

Como é possível andar há tanto tempo com este espetáculo?

Este espetáculo foi começado em 2008 e havia um grande desafio. O Ary escreveu para muitos cantores. Havia muita dispersão de intérpretes: Carlos do Carmo, Simone, Amália, Fernando Tordo, Paulo de Carvalho. O Ary tem cerca de 600 poemas musicados. Havia muito por onde escolher. O nosso objetivo foi montar o espetáculo em que esta obra estivesse toda reunida e alinhada e que, simultaneamente, fosse coerente e contasse uma história. Este espetáculo conta uma história, é o nosso País no final dos anos 60 até agora.

Em 2009, fazia 25 anos da morte de Ary dos Santos. A minha intenção foi pegar nesta obra para montar um espetáculo e fazer uma digressão para percorrer o País, como o fizeram, há 40 anos, esses cantores que iam ter com as pessoas, que cantavam em locais tão estranhos como em cima de reboques de tratores. A questão era ver como é que este País estava muitas décadas depois de o Ary ter escrito estes poemas. Será que fazia e faz sentido cantar ainda as suas canções? O desafio era também de acrescentar alguma coisa à sua obra. Estamos a falar de um clássico. Eu venho da América e lá só se é cantor quem pega nos clássicos e quem os canta à sua maneira, quando acrescenta qualquer coisa. Nós em Portugal temos um pudor

enorme. Ai Jesus, que não se pode tocar na Amália, não se pode tocar no Fernando Tordo, não se pode tocar no Ary dos Santos!

Como foi adaptar essa obra a um espetáculo com 18 canções?

Eu quis acrescentar alguma coisa, o meu humilde contributo, e quis trazer o mundo do séc. XXI

“

Quando, neste País, alguém quiser apostar a sério no que é nosso, eu acho que vamos dar um salto como demos nas Descobertas

Em 2014, os músicos e os artistas estão todos à beira da indigência. Os atores são os que ainda se vão safando, por causa da televisão

para uma obra que é do séc. XX. Fui às músicas do mundo, ao novo fado, ao jazz, à música clássica, e trouxe ritmos, harmonias, arranjos novos para canções clássicas. É o que acontece no mundo inteiro mas nós em Portugal temos algum pejo em fazer isso. Fui buscar músicos a áreas diferentes, mantendo as letras intocáveis e muito bem ditas, bem cantadas - na medida do possível. A maneira como digo as palavras é mais importante do que a melodia. Eu venho do teatro musical e aí a palavra é mais importante do que a melodia.

Porquê tão poucos espetáculos na região de onde é originário? Nunca esteve na Chamusca...

Nunca se proporcionou, parece que não faço milagres na minha terra. Acho que agora, as pessoas da Chamusca começaram a perceber que tenho um espetáculo, porque me viram na TV. Não canto na minha terra há 11 anos. Não sei porquê, nunca fiz mal a ninguém. Já estive em Alcanena e em Salvaterra e, agora, em Santarém, é a primeira vez.

E em Santarém, como foi vai ser este espetáculo solidário?

Tive muitas dificuldades em vir aqui a Santarém. Já era para ter vindo no ano passado mas não aconteceu. Aconteceu agora e com uma particularidade, a totalidade das receitas de bilheteira vão reverter a favor do gabinete da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV de Santarém. É uma instituição que passa por grandes dificuldades em sobreviver, numa altura em que as queixas de violência doméstica são brutais, aqui na região de Santarém. Há um casamento interessante entre os temas da obra do Ary e aquilo que a APAV faz.

Sempre que posso, tento juntar uma causa social ao meu espetáculo, para que a ida ao espetáculo resolva problemas reais das pessoas, fazendo jus ao Ary que foi um poeta panfletário, socialmente envolvido, um autor de intervenção. Ele e outros denunciaram o que estavam mal, mas a cantar a vida tal qual ela era, com coisas boas e más. O Ary é o poeta dos injustiçados, dos explorados e dos oprimidos. Pego nos poemas e está lá o desemprego, a pobreza, a fome. Parece que escreveu isto ontem.

Vou ter como músicos convidados João Guerra Madeira, músico de Santarém, pianista e compositor extraordinário. Vai estar ainda Naná Sousa Dias, que toca saxofone e flauta e que tocou com muitos músicos da pop e do jazz nacionais. Outro convidado é Pedro Amendoeira, de Santarém, que vai tocar guitarra portuguesa, e é um músico que me acompanha desde 2009 e que traz a sua experiência da world music, dos palcos por onde andou em todo o mundo. Associei ainda a dança de Catarina Gonçalves, de Torres Novas, uma dançarina com formação na Escola Superior de Dança.